

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL - MESTRADO**

SANDRA TERCIA FERNEDA VENTORIM

**A SUSTENTABILIDADE DO PROGRAMA VILA RURAL SÃO CAMILO,
PALOTINA/PR: UM ESTUDO DE CASO**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2017**

SANDRA TERCIA FERNEDA VENTORIM

**A SUSTENTABILIDADE DO PROGRAMA VILA RURAL SÃO CAMILO,
PALOTINA-PR: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – *campus* Marechal Cândido Rondon/PR, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Irene Carniatto.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

V466s Ventorim, Sandra Tercia Ferneda
A sustentabilidade do Programa Vila Rural São Camilo, Palotina/PR: um estudo de caso / Sandra Tercia Ferneda Ventorim. – Marechal Cândido Rondon, 2017.
69 f.

Orientadora: Dr^a. Irene Carniatto

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2017.

1. Trabalhadores rurais. 2. Produtos agrícolas. 3. Sustentabilidade. I. Carniatto, Irene.
II. Título.

CDD 22.ed. 331
630
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborado por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL – MESTRADO E DOUTORADO

SANDRA TERCIA FERNEDA VENTORIM

**"A SUSTENTABILIDADE DO PROGRAMA VILA RURAL SÃO CAMILO,
PALOTINA-PR: UM ESTUDO DE CASO"**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - Mestrado, Área de Concentração "Desenvolvimento Rural Sustentável", para a obtenção do título de "Mestra em Desenvolvimento Rural Sustentável", **aprovada** pela seguinte Banca Examinadora:

Marechal Cândido Rondon, PR, 02 de março de 2017.



Prof. Dra. Irene Carniatto de Oliveira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Presidenta / Orientadora



Prof. Dr. Alfredo Junior Paiola Albrecht
Universidade Federal Tecnológica do Paraná
Membro



Prof. Dr. Alberto Saturno Madureira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Membro

Dedico este estudo a meus familiares.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores que ministraram aulas no decorrer do curso.

A todos os colegas.

À professora orientadora desta pesquisa.

A todos os que oportunizaram visitas nas comunidades rurais.

A todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, com este estudo.

"Um livro é um mudo que fala, um surdo
que responde, um cego que guia, um
morto que vive".
(Pe. Antônio Vieira).

VENTORIM, Sandra Tercia Ferneda, M.Sc. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, março 2017. **A sustentabilidade do Programa Vila Rural São Camilo, Palotina/PR**: um estudo de caso. Orientadora: Dr^a. Irene Carniatto.

RESUMO

O presente estudo apresenta resultados de uma pesquisa sobre a caracterização dos moradores e a prática do Programa Estatal Vilas Rurais, tendo como objeto a Vila Rural São Camilo, situada no município de Palotina, no Estado do Paraná. A pesquisa identificou o perfil dos moradores da Vila Rural e como o programa é colocado em prática. Foram analisados os fatores que dificultam que os objetivos do programa sejam alcançados, como a meta de produção para o autoconsumo. A pesquisa deu-se por meio de coleta de dados primários e de dados secundários, tendo como instrumento um questionário com perguntas abertas e fechadas, aplicado à totalidade das 42 famílias residentes na Vila Rural. Na resposta ao convite para a participação, destaca-se que a maioria das famílias foi representada pelo sexo feminino. E os resultados demonstraram que poucos realizam a comercialização dos produtos, bem como desempenham funções fora da vila rural para suprir as suas necessidades financeiras. Observou-se, ainda, que os habitantes da Vila Rural têm carência de recursos financeiros, que dependem de programas disponibilizados pelo governo, e também que existe falta de incentivo e de apoio técnico para instruir a população no plantio dos produtos e na sua comercialização.

Palavras-chave: Vilas Rurais. Famílias Rurais. Produção e autoconsumo.

VENTORIM, Sandra Tercia Ferneda, M.Sc. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, March 2017. **The sustainability of the Rural Village Program São Camilo, Palotina/PR**: a case study. Advisor: Dr^a. Irene Carniatto.

ABSTRACT

The present study presents results of a research on a characterization of the residents and the practice of the Rural Village State Program, having as object the Vila Rural São Camilo, located in the municipality of Palotina, in the State of Paraná. The research identified the profile of the villager of Vila Rural and how the program is put into practice. We analyzed the factors that make it difficult to achieve the objectives of the program, such as the production goal for self-consumption. The research was done through the collection of primary and secondary data, having as an open and closed questions, applied to all 42 families residing in Rural Village. In the response to the invitation to participate, it is highlighted that the majority of families were represented by the female. The results showed that few carry out a commercialization of the products, as well as perform functions to meet their financial needs. It was also observed that the inhabitants of Vila Rural have a shortage of financial resources, and that they depend on programs provided by Government, and also, that there is a lack of technical incentive, for a population that does not plant the products and their commercialization.

Keywords: Rural villages. Rural Families. Production and self-consumption.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Vila Rural São Camilo, Palotina/PR	36
Figura 2 - Gênero e faixa etária dos moradores entrevistados da Vila Rural São Camilo	38
Figura 3 - Grau de escolaridade dos moradores entrevistados da Vila Rural São Camilo	39
Figura 4 - Infraestrutura: Igreja do Distrito de São Camilo, Palotina/ PR	42
Figura 5 - Infraestrutura: Escola do Distrito de São Camilo, Palotina/PR.....	43
Figura 6 - Infraestrutura: Posto de saúde do Distrito de São Camilo, Palotina/PR....	43
Figura 7 - Municípios ou cidades onde residiam antes da entrada na Vila Rural	45
Figura 8 - Classificação quanto ao tempo de moradia na Vila Rural São Camilo	46
Figura 9 - Atividades agrícolas para autoconsumo - diversificação e ocupação	48
Figura 10 - Comparativo entre renda mensal e custo mensal da família	53
Figura 11 - Casas sem benfeitorias.....	54
Figura 12 - Casas com benfeitorias.....	55
Figura 13 - Infraestrutura: cozinha comunitária e espaço para reuniões.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fatores para inscrição do Programa Vila Rural.....	40
Tabela 2 - Profissão dos moradores antes da Vila Rural	41
Tabela 3 - Avaliação da situação atual das estradas e das cercas.	42
Tabela 4 - Condição de moradia antes da vila rural	44
Tabela 5 - Renda das famílias antes da Vila Rural	44
Tabela 6 - Tipos de cultura na vila rural	49
Tabela 7 - Tipos de produção na vila rural	50
Tabela 8 - Insumos utilizados na produção	51
Tabela 9 - Comercialização dos produtos da vila rural.....	51
Tabela 10 - Condição de moradia na Vila Rural São Camilo Palotina/PR.	54
Tabela 11 - Infraestrutura das famílias da Vila Rural	56
Tabela 12 - Satisfação dos moradores da Vila Rural	56

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E VILAS RURAIS	14
2.1.1	O Programa Vila Rural.....	14
2.1.2	Desenvolvimento e sustentabilidade.....	18
2.1.3	Indicadores de sustentabilidade	21
2.1.4	Agricultura familiar.....	23
2.1.5	O agronegócio: os trabalhadores rurais no contexto do agronegócio no Paraná.....	24
2.1.6	Trabalhador rural volante ou boia-fria.....	25
2.2	RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS RURAIS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	26
2.2.1	Aspectos econômicos.....	28
2.2.2	Aspectos sociais	31
2.2.3	Aspectos ambientais.....	32
2.2.4	Aspectos culturais.....	34
2.2.5	Aspectos políticos.....	35
3	METODOLOGIA.....	36
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
4.1	ASPECTOS SOCIAIS DAS FAMÍLIAS DA VILA RURAL SÃO CAMILO	38
4.2	ASPECTOS AMBIENTAIS DA VILA SÃO CAMILO.....	42
4.3	CONDIÇÃO DOS MORADORES ANTES DA VILA RURAL	43
4.4	PRODUÇÃO E AUTOCONSUMO NA VILA RURAL SÃO CAMILO	48
4.5	CONDIÇÃO ATUAL DOS MORADORES DA VILA RURAL SÃO CAMILO..	53
5	CONCLUSÃO.....	59
	REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

"A menos que você tente fazer algo além do que
você já domina, você nunca crescerá".
(Ralph Waldo Emerson).

A epígrafe citada representa, dentro do contexto abordado neste trabalho, o significado do produzir para dominar e se tornar alguém competitivo no mercado com o progresso de sua evolução no trabalho realizado. A prática desempenhada por famílias na Vila Rural São Camilo, no município de Palotina, estado do Paraná, tem seu eixo temático centrado no programa estatal das vilas rurais. Durante minha experiência profissional como Engenheira Agrônoma, tive a oportunidade de conhecer a Vila Rural São Camilo, o que me despertou o interesse em conhecer melhor o Programa e como ele funciona na prática, aliando esse desejo então à realização da dissertação para o Programa de Pós-Graduação. O referido programa estatal envolve procedimentos de sustentabilidade no espaço rural e tem como objetivos o de intermediar as desigualdades socioeconômicas e o da realocação de mão de obra da cidade para o campo. Na vila rural, o Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural traz, em seu escopo, a busca por melhores condições de vida aos pequenos produtores e suas famílias, visando assegurar terra, trabalho e moradia à comunidade (ESSER et al., 2006).

Dentro do cenário rural, as problemáticas vivenciadas no campo envolvem as questões sociais, econômicas, espaciais, além das situações de êxodo rural, prática esta em evidência no período que compreende os anos 1975 a 1991 (SOUZA; OLIVEIRA, 2014). No Paraná, nas décadas de 1940, havia 1,2 milhões e passou para 4,2 milhões de habitantes na década de 1960 e a 6,9 milhões de habitantes na década de 70. Além disso, em 1970, a minoria, ou seja, 2,5 milhões habitavam nos centros urbanos e a grande maioria – 4,4 milhões de pessoas – vivia no campo (BANA, 2001).

Diante das transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram no Brasil, nos anos 1970 verificou-se um intenso processo de modernização da agricultura com a introdução de maquinários, de equipamentos e de insumos modernos, provocando, assim, alterações na estrutura econômica, política, social e espacial, uma vez que o Paraná sempre teve as suas principais atividades econômicas ligadas à produção agrícola (SILVA, 1999).

Em continuação, na década de 1980, a agricultura tradicional, que dependia da mão de obra familiar, para desenvolver atividades com o intuito de subsistência em pequena propriedade, inicia uma nova forma de agricultura com mecanização e utilização de insumos químicos, fato que provoca o início do êxodo rural (BANA, 2001). Durante duas décadas é possível verificar que as populações urbana e rural inverteram as suas quantidades, pois em 1980, dos 7,6 milhões de habitantes do Paraná, 4,4 milhões já habitavam a cidade e apenas 3,1 ainda viviam na zona rural (BANA, 2001). Mais presentemente, segundo o IBGE (2010), a população rural no estado do Paraná é de 1.533.159, enquanto o meio urbano possui um total de 8.906.442 habitantes. De acordo com os dados levantados nesse último censo demográfico, a população rural do Paraná constitui em torno de apenas 15% do total.

Nessa percepção foram definidas medidas de incentivo para a sustentabilidade pelo governo do Paraná, o qual elaborou um projeto que contemplasse medidas resolutivas aos conflitos instaurados no contexto social do estadual. Esse espaço foi designado para pessoas viverem e trabalharem como pequena propriedade, sendo localizadas próximas aos distritos rurais, aproveitando uma infraestrutura já existente, como escola, posto de saúde, comércio, comunidade religiosa (BANA, 2001).

Um fator fundamental que levou à criação das chamadas “vilas rurais” consistiu na anterior modernização (mecanização) na agricultura, que reduziu drasticamente o número de empregados nas propriedades rurais, devido à implantação de tecnologias no cultivo de cereais e de outros grãos. Com isso, a maioria dos pequenos produtores não tinha onde trabalhar, pois, devido à mecanização, as propriedades dependiam de alto investimento para obter retorno, principalmente quando ocorriam danos devido às condições climáticas (CAVALCANTI, 2001). Atualmente, a concepção campo-cidade tem mostrado uma nova relação, caracterizando em um novo contexto rural (SILVA, 1999).

Assim, a questão agrária e da urbanização brasileira e paranaense necessitava de estratégias para atender a um grande número de agricultores deslocados do campo, e então, como uma resposta, foi estabelecida a interação com o Programa Vila Rural, que, em teoria, apresenta semelhanças nos seus objetivos mostrando um novo caráter de sustentabilidade (BANA, 2001).

O presente estudo objetivou uma caracterização dos moradores, análise e percepção da realidade e sustentabilidade da Vila Rural São Camilo, assim como averiguar os determinantes e as condições da produção para o autoconsumo, nos

sistemas de produção agrícola da população residente e como o programa vem sendo aplicado na vila rural. A hipótese de estudo questiona: “É a Vila Rural um programa Sustentável”. São apresentados neste trabalho os resultados obtidos referentes à pesquisa sobre as condições de vida e de moradia dos moradores da Vila Rural São Camilo, situada no município de Palotina, no Paraná.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E VILAS RURAIS

2.1.1 O Programa Vila Rural

Em 1990, o governo do estado do Paraná, visando à melhoria da qualidade de vida de trabalhadores rurais volantes, implantou as Vilas Rurais, consistindo elas em vilas que deviam estar “[...] em locais próximos aos centros urbanos, atendendo 15 mil famílias em lotes de 5.000 m² em moradias de 44 m², distribuídos em 403 vilas rurais” (PARANÁ, 1996, p. 194). O governo do estado do Paraná, em parceria com o Banco Mundial, firmou, em 1997, empréstimo para pequenos proprietários, tendo como finalidade:

[...] a) diminuir a migração rural-urbana e vice-versa; b) possibilitar a melhoria das condições de vida; c) facilitar a posse da terra e moradia própria; d) possibilitar a qualificação da mão-de-obra; e) aumentar a organização social; f) melhorar o acesso a bens e serviços; g) melhorar as condições alimentares; h) aumentar a renda líquida familiar; i) melhorar a integração social e familiar (PARANÁ, 1996, p. 193-194).

Em 1996, no Paraná, nos seus 199.554 km² de território e com uma população aproximada de 8.416.000 habitantes, foram encontradas 412 vilas rurais, sendo 308 concluídas, com 11.697 unidades; 87 em obras, com 3.572 unidades; 17 projetadas, com 637 unidades. Essas vilas abrigavam 15.906 famílias, totalizando mais de 80.000 pessoas na época. Inicialmente, o subprograma das vilas rurais previa a construção de 300 vilas rurais, isso em quatro anos de governo, as quais deveriam ser loteadas com 200 lotes, variando de 2000 a 5000 m² e deveriam abrigar 60.000 famílias. O projeto sofreu alterações devido a uma série de reivindicações feitas, frente às dificuldades encontradas, conforme o que determina o “Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural”.

Prevenindo as inúmeras insatisfações populacionais, o Programa do Governo do Paraná, no seu Subprograma, aliado à modernização, desenvolveu ritmos distintos nessas vilas rurais. Assim, o Programa foi Implantado em 273 municípios, cuja meta era aproximadamente 412 vilas rurais na época.

Assim, o programa das vilas rurais foi uma tentativa do Estado de intervir nesse deslocamento, ao dedicar uma mínima atenção a essa parcela da população na

tentativa de fixá-la no campo, população essa que deveria se encaixar nos requisitos exigidos pelo programa (MARQUES; VERDE, 2007).

Ponte (2002) explica que o Programa Vila Rural, na visão do governo paranaense, é, na verdade, uma alternativa de “reforma agrária”, alternativa que objetiva atender trabalhadores rurais volantes com dificuldades para sobreviver no meio urbano e que, ao mesmo tempo, é mais viável ao governo em termos financeiros e menos violenta que a luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Os municípios que aderiram ao programa deveriam doar a cada família um terreno de 5 mil metros quadrados com uma casa de 44 m², e constituir uma comissão própria para acompanhar a sua instalação. Para a seleção das famílias foram estipulados alguns critérios: a) ser trabalhador rural volante (boias-frias); b) ser morador do município em questão pelo menos dois anos; c) não possuir imóveis; d) exercer atividade remunerada de caráter temporário; e) atender aos critérios da Companhia de Habitação do Paraná para financiamento; f) entre outros fatores, como ter idade máxima de 55 anos, residir em sub-habitação e possuir renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos (DA PONTE, 2002). Nesse contrato, as pessoas atendidas pelo programa recebiam a concessão de uso por 60 meses e, nesse prazo, estariam impedidos de vender os lotes ou de agregar novas moradias no local (BANA, 2001).

Assim, busca-se o progresso econômico, mas esse depende da atratividade do campo, em escala crescente. Segundo Chayanov (2000), a família camponesa e a influência do seu desenvolvimento na atividade econômica dependem da relação do consumo e trabalho, da distribuição da faixa etária de seus membros e da relação de volume de trabalho. Existindo essa relação adequada, a atividade agrícola aprofunda os princípios básicos da organização da unidade camponesa. Os fatores de produção (terra, capital e trabalho) de uma empresa agrícola e a lógica de maximização do lucro pelo empresário, em função da otimização e da racionalidade empresarial, estão centrados na força de trabalho, porém envolvem a composição da produção, que é definida pelo tamanho da família. Ainda, segundo o autor Chayanov (2000), a organização da atividade econômica da família camponesa centra-se na extensão de terra disponível e seus próprios meios de produção em atividades rurais.

Segundo Gazolla (2004), a produção de alimentos com o objetivo de disponibilizar gêneros alimentícios de qualidade, produzidos de forma econômica e ecologicamente sustentáveis, necessita da comercialização e da ampliação da oferta, facilitando o acesso da população ao mercado de alimentos com qualidade.

A agricultura familiar nas vilas rurais, para possuir meios para o desenvolvimento produtivo, precisa envolver ações conjuntas entre agricultores, cooperativas, associações, governo e a comunidade em geral. Cabe ao poder público garantir maiores incentivos a esses agricultores e democratizar as linhas de crédito, direto e indireto, para que facilite o acesso dos agricultores a elas, criando condições para que os princípios da segurança alimentar e nutricional continuem sendo adotados pelo segmento da agricultura familiar.

[...] diante do quadro de esvaziamento populacional do campo, de eliminação de postos de trabalho, de migração para a periferia da cidade de enormes contingentes populacionais, vivendo como boias-frias, ou subempregados urbanos, a partir da década de 70, o Programa Vilas Rurais, tem proporcionado a esta população a possibilidade de ter casa própria e uma pequena área de terra, onde aparecem diferentes culturas como: arroz, milho, feijão, café adensado, pupunha, mandioca, maracujá; como também, a criação de pequenos animais. (BANA, 2001, p. 81).

Frente à realidade que lhes foi imposta, a diferenciação do Programa Vila Rural está no intuito de adequar ao trabalhador rural volante (boia-fria) um lote de 5000 m² (1/2 hectare), com uma casa de alvenaria de 44,56 m² e permitindo-se ao mutuário ampliá-la, dispondo de infraestrutura mínima de água, energia elétrica e sistema sanitário. O objetivo principal, segundo o governo, é o de aprimorar as condições de vida das famílias dos boias-frias, harmonizando o seu retorno ao campo (PONTE, 2002).

Cada vila deve possuir no máximo 100 unidades e o futuro morador pode também escolher o material a ser utilizado e a “[...] forma da divisão interna da casa, os lotes, com área entre 5.000 e 6.000 m² que permitem a produção agrícola” (REIS, 1998, p. 4).

Segundo o governo do estado (PARANÁ, 2002), foi acomodado em todo o Paraná um total de 405 vilas rurais, considerando 15.652 famílias. Desse total, 387 estão completadas, acomodando 14.954 famílias e 18 vilas rurais estão em obras, com vagas para 698 famílias. Em 2001, o Subprograma Vilas Rurais estava em alta e concebia grandes vantagens ao Estado do Paraná, em termos de assentamento planejado. Permaneciam dois projetos que serviam de modelo das vilas rurais no Paraná: a Vila Rural Paraíso, de Jandaia do Sul, e a Vila Rural Nova Ucrânia, de Apucarana. Os dois modelos foram proporcionados pelos aspectos geográfico, social, político e econômico (BANA, 2001).

De acordo com o Programa, as vilas rurais devem estar localizadas próximas a distritos administrativos ou a estradas vicinais para facilitar o acesso à escola, à saúde e ao consumo de bens e serviços, pois para o governo se torna inviável a implantação de tais infraestruturas nesses locais. Para a sua instalação são mobilizados, juntamente com as prefeituras municipais, outros 12 órgãos estaduais, cada qual com sua especificidade, como: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB); Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR); Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR); Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); Companhia Paranaense de Energia (COPEL); Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família (SECR); Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (SERT); Secretaria de Estado de Educação (SEED); Secretaria de Estado da Saúde (SESA); Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA); Instituto Ambiental do Paraná (IAP) (ASARI et al., 2002; CAVALCANTI, 2001).

Segundo o governo do Paraná, o Programa tem um caráter rural, pois se destina à fixação dos trabalhadores rurais volantes no campo, mas, a partir de uma análise da realidade, surgiram questionamentos apontando elementos que denotam a imposição de um caráter urbano de assentamento da população rural.

Ponte (2002) ressalta que o tamanho do lote disponibilizado pelo governo, que possui apenas meio hectare, não é considerado pelo INCRA um lote rural, e sim urbano, o que acarreta um custo mais elevado para seus moradores. Segundo Cervi (2001), a Vila Rural é um programa que busca a construção de residências para os boias-frias. Para tentar amenizar essa questão, o governo buscou uma alternativa à falta de emprego e combater a falta de moradia para essa população, proporcionando condições mínimas de habitação.

Ao comparar o proposto pelo Programa Vila Rural com as ideias propostas por Ignácio Rangel, Da Ponte (2002) afirma que há semelhanças entre o Programa e a Reforma Agrária no Brasil, seja no que se refere ao tamanho e formação dos lotes ofertados aos moradores, seja na sobrevivência desses moradores frente à mão de obra assalariada e ao caráter urbano do Programa.

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento (IPARDES, 2000), o enfoque inicial da atividade das vilas rurais previa que a área do lote se destinaria a complementar a alimentação e a renda das famílias, entretanto, deve-se pensar no

desenvolvimento rural sustentável e na sua importância para o desenvolvimento local e a permanência dos agricultores no campo em função da preservação de seus recursos naturais.

Importante é, pois, a adequação do Programa, que objetiva também sustentabilidade e desenvolvimento, mas, para isso Sen (2000) indica a necessidade da remoção dos fatores que requerem as principais formas de privação de liberdade: (1) pobreza e tirania, (2) carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, (3) negligência dos serviços públicos e (4) intolerância ou interferência excessivo de Estados repressivos.

Para Sachs (2008), os agricultores foram moldados com os parâmetros da Revolução Verde, na qual a agricultura se desenvolve baseada em altas taxas de produtividade proporcionadas pela introdução de máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, sementes híbridas e venenos químicos, o que se torna insustentável na agricultura familiar e causa impacto ambiental como a contaminação do ar, dos rios e dos mares, erosão dos solos e retirada das florestas, somando-se isso aos problemas de saúde provocados pela intoxicação dos trabalhadores devido ao uso de agrotóxicos.

O objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em 'benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses', como um componente de estratégia de desenvolvimento. (SACHS, 2008, p. 51).

Ainda, o autor complementa que

[...] as estratégias de economia de recursos (urbanos e rurais), direcionadas para a produtividade dos recursos (reciclagem, aproveitamento de lixo, conservação de energia, água e recursos, manutenção de equipamentos, infraestruturas), visam à extensão de seu ciclo de vida. (SACHS, 2008, p. 55).

Para complementar o pensamento, Sachs (2008) relata que é necessário retornar à economia política, o que exige um planejamento flexível negociado e contratual, simultaneamente aberto para as preocupações ambientais e sociais.

2.1.2 Desenvolvimento e sustentabilidade

Os conceitos de “desenvolvimento” e de “sustentabilidade” são considerados, por muitos autores, como sinônimos, e há diversas definições sobre eles na literatura

e ainda há confusão sobre essas definições. O objetivo do presente trabalho não é debater acerca desses conceitos e de suas interpretações, porém é de extrema importância entender esses conceitos.

O desenvolvimento, segundo Oliveira (2002), deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida. Há, porém, um conceito mais específico, tal como descrito por Scatolin (1989 apud OLIVEIRA, 2002, p. 3):

Poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejulga, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento.

Outros autores possuem conceitos diferentes sobre desenvolvimento, como Furtado (1961, p. 115-116), que considera o desenvolvimento sob um ponto de vista econômico, sendo este “[...] o aumento do fluxo de renda real, isto é, o incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade”.

Arelada ao desenvolvimento, a sustentabilidade se faz presente, sendo definida por Dovers e Handmer (1992) como a capacidade de um sistema humano, natural ou misto, de resistir ou se adaptar a mudança endógena ou exógena por tempo indeterminado. Já Elkington (1994) considera a sustentabilidade como o equilíbrio entre os pilares ambiental, econômico e social. Seguindo esse pensamento, Ayres (2008) coloca o termo “sustentabilidade” como a maneira como os seres humanos devem agir em relação à natureza, sendo eles os responsáveis pela natureza e pela preservação dela para as futuras gerações.

Van Bellen (2004) explica que o desenvolvimento tecnológico, por estar atrelado ao aumento na utilização de matéria e de energia para atender às necessidades da sociedade, gerou diferenças no padrão de vida da sociedade, já que a pressão exercida pela demanda de bens e serviços não é uniforme no planeta. Desse modo, os fatores de padrão de vida, de consumo e de igualdade entre populações são afetados. O autor explica que esse contexto levou ao surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, conceito que preconiza o desenvolvimento que garanta qualidade de vida para as gerações atuais e futuras, sem a destruição do meio ambiente.

Uma das definições mais tradicionais para o conceito de sustentabilidade de uma atividade é que ela seja economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente adequada.

Sustentabilidade existe para garantir uma melhor qualidade de vida para todas as gerações futuras, combinando interesses ecológicos, sociais e oferecendo oportunidades de negócios para empresas que possam melhorar a vida das pessoas e do mundo. [...] desenvolvimento sustentável, ou desenvolvimento autossustentado, é obtido de forma compatível com a preservação dos recursos naturais de um determinado país. Em outras palavras, trata-se de um desenvolvimento não-predatório. Aconselha-se o planejamento de um país ou região, baseado em um levantamento de todas as suas necessidades, comparando-as com todas as suas potencialidades, isto é, com sua capacidade de fornecimento dessas necessidades, de forma sustentável, sem desgastes, obedecendo à sua capacidade e velocidade de renovação ou reciclagem natural. (BRANCO, 2002, p. 18).

O conceito de “desenvolvimento sustentável” é resultado de “[...] um longo processo histórico de reavaliação crítica da relação entre a sociedade civil e seu meio natural” (VAN BELLEN, 2004, p. 3). Dentre as várias abordagens a respeito do assunto, uma das definições é dada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED, 1987): “[...] desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”. Para Dovers e Handmer (1992), o desenvolvimento sustentável é o caminho para alcançar a sustentabilidade, sendo essa considerada o objetivo final.

Entre outras definições, como a proposta por Goodland et al. (apud BARONI, 1992, p. 16), temos:

Desenvolvimento sustentável é aqui definido como um padrão de transformações econômicas estruturais e sociais (i.e., desenvolvimento) que otimizam os benefícios sociais e econômicos disponíveis no presente, sem destruir o potencial de benefícios similares no futuro. O objetivo primeiro do desenvolvimento sustentável é alcançar um nível de bem-estar econômico razoável e equitativamente distribuído que pode ser perpetuamente continuado por muitas gerações humanas [...] desenvolvimento sustentável implica usar os recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou eliminá-los, ou diminuir sua utilidade para as gerações futuras, implica usar os recursos minerais não renováveis de maneira tal que não necessariamente se destruam o acesso a eles pelas gerações futuras [...] desenvolvimento sustentável também implica a exaustão dos recursos energéticos não renováveis numa taxa lenta o suficiente para garantir uma alta probabilidade de transição societal ordenada para as fontes de energia renovável.

Pronk e Ul-Haq (1992) consideram o desenvolvimento sustentável quando este traz justiça e oportunidades para todos os seres humanos do planeta, não existindo

distinção para espécies e sem que cause destruição aos recursos naturais finitos, não ultrapassando dessa forma a capacidade do sistema.

Atrelada a esses conceitos, surge então a necessidade de quantificar a sustentabilidade e, da mesma forma como há divergências sobre as definições, para mensurá-la também existem divergências e dificuldades, não havendo um consenso sobre o assunto.

2.1.3 Indicadores de sustentabilidade

Um “indicador” é uma ferramenta que visa quantificar o comportamento do sistema, em termos de atributos expressivos e perceptíveis, afirma Holling (1978). Já a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) explica que um indicador deve ser entendido como um parâmetro, ou seja, deve indicar informações referentes ao estado de um fenômeno com uma extensão significativa (OECD, 1993).

Entretanto, para Gallopin (1996), um indicador deve possuir representatividade, ou seja, deve ser relevante para a tomada de decisões. O autor ainda considera serem importantes aqueles indicadores que simplifiquem ou resumam as informações relevantes.

Tunstall (1992, 1994 apud VAN BELLEN, 2004) aponta funções para os indicadores, afirmando que devem: i) avaliar condições e tendências; ii) efetuar a comparação entre lugares e situações; iii) avaliar condições e tendências em relação às metas e aos objetivos; iv) prover informações de advertência; e v) antecipar futuras condições e tendências. Ainda assim, Van Bellen (2004) afirma que o objetivo principal dos indicadores é agregar e quantificar informações, simplificando informações sobre fenômenos complexos, buscando uma melhoria no processo de comunicação.

Dessa forma, os indicadores de desenvolvimento sustentável, de acordo com o IBGE (2015), são:

Instrumentos essenciais para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado rumo ao desenvolvimento sustentável. Devem ser vistos como um meio para se atingir o desenvolvimento sustentável e não como um fim em si mesmos. Valem mais pelo que apontam que pelo seu valor absoluto e são mais úteis quando analisados em seu conjunto que o exame individual de cada indicador.

O IBGE (2015) ainda afirma que conquistar o desenvolvimento sustentável é uma aspiração mundial, em relação à qual cada país molda os indicadores de acordo com necessidades e problemas que possuem. No Brasil, a construção desses indicadores foi inspirada no movimento internacional liderado pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável/ONU (CDS) movimento esse que contou com a participação desde governos nacionais até com as Organizações das Nações Unidas, entre outros participantes.

Um dos principais autores do movimento de mudança sobre a visão de sustentabilidade foi o autor Ignacy Sachs (economista polonês nascido em 1927 e naturalizado francês), que mostra uma visão holística dos problemas da sociedade, e não o foco apenas econômico. É pensar em um novo modelo civilizatório, diferente do atual. As dimensões do ecodesenvolvimento são apresentadas em diversas obras desde 1964 por Ignacy Sachs (2002, p. 85-89) e, mais recentemente, passou a considerar oito dimensões da sustentabilidade: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, espacial, Política (Nacional) e Política (Internacional).

O livro “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável”, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2015 (IBGE, 2015), traz, em seu conteúdo, diversos indicadores, e eles são apresentados seguindo o marco ordenador proposto em 2001 pela CDS das Nações Unidas, que também foram baseadas nos Pilares da Sustentabilidade apresentados por Sachs (1993), organizando-os em quatro dimensões, apresentados de maneira resumida em:

1. Dimensão ambiental: relacionada aos objetivos de preservação e conservação do meio ambiente, os quais são considerados fundamentais para a qualidade de vida das gerações atuais e em benefício das gerações futuras.
2. Dimensão social: relacionada aos objetivos ligados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social.
3. Dimensão econômica: relacionada ao uso e esgotamento dos recursos naturais, à produção e gerenciamento de resíduos, ao uso de energia e ao desempenho macroeconômico e financeiro do país.
4. Dimensão institucional: relacionada à orientação política, capacidade e esforço despendido por governos e sociedade na prática das mudanças necessárias para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Os indicadores de sustentabilidade são, por fim, uma ferramenta de mensuração, servindo como referência na tomada de decisões, sendo diversas as opções e seus objetivos, abrangendo as distintas necessidades.

2.1.4 Agricultura familiar

A agricultura familiar é tema de bastante discussão no Brasil. Considerada por muitos autores uma agricultura que envolve os fatores gestão, propriedade e trabalho familiar, porém, para outros autores, outros fatores devem ser considerados acerca do assunto.

Gasson e Errington (1993) apontam algumas características necessárias para se enquadrar no conceito de “Agricultura Familiar”, devendo a gestão ser realizada pelos proprietários, sendo eles obrigatoriamente ligados por grau de parentesco, onde o trabalho deve ser fundamentalmente familiar e seu capital gerado pertencer à família em questão, e essa mesma família residir na unidade produtiva. Seguindo esse mesmo raciocínio, Abramovay (1997, p. 3) afirma:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas.

O Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006 (IBGE, 2006) identificou as propriedades consideradas “Agricultura Familiar” como aquelas que se adequavam aos parâmetros da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL 2006):

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais. § 2º São também

beneficiários desta Lei: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesca artesanalmente. (BRASIL, 2006).

Esse critério de quatro (4) módulos fiscais por proprietário para ser caracterizado como agricultura familiar é um tanto quanto contraditório, já que o tamanho da propriedade é reduzido para se obter bons resultados na produção e pode ser considerado um fator menos importante quando comparado a outros critérios que caracterizam uma propriedade como agricultura familiar, como a disposição do trabalho na propriedade.

No Brasil, foi constatado, no último Censo agropecuário, ainda que em 2006, um total de 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, o que representa mais de 84% dos estabelecimentos brasileiros, sendo estes presentes em 80,25 milhões de hectares. Ainda assim, a agricultura familiar emprega aproximadamente 75% da mão de obra no campo, apesar de ocupar apenas em torno de 25% da área total (IBGE, 2006).

Esses dados apontam para uma grande representatividade da agricultura familiar em nosso país e, conseqüentemente, sua influência na economia. A agricultura familiar, segundo o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), é responsável pela produção de feijão (70%), mandioca (87%), leite (58%), milho (46%), suínos (59%) e aves (50%), sendo esses produtos essenciais para a garantia da segurança alimentar do país.

2.1.5 O agronegócio: os trabalhadores rurais no contexto do agronegócio no Paraná

De acordo com Bana (2001, p. 53), com a “[...] concentração de terras e a conseqüente extinção das pequenas propriedades, mais de 267 mil habitações rurais desapareceram no Paraná entre 1970 e 1991”. A autora ainda apresenta dados da

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, que, em 1980, classifica os 1.500.000 trabalhadores rurais do Estado como: 800.000 boias-frias, 400.000 assalariados permanentes, 100.000 parceiros, meeiros e arrendatários; e apenas 200.000 pequenos proprietários. E, com base no IBGE, que, em 1996, de um total de 9 milhões de habitantes, afirmou cerca de 2 milhões residiam no meio rural e, deles, 74% se dedicam à agricultura.

Cavalcanti (2001) afirma que o Paraná, na década de 1980, consolidou um processo de extinção do trabalho no campo, com 800.000 boias-frias que tinham e têm seus vencimentos com base em diárias, demonstrando uma presença marcante do trabalhador rural volante, em condições precárias de subsistência e de trabalho.

Conforme Bana (2001, p. 36), a miséria desses trabalhadores é histórica, pois teriam que ter “[...] abrigo e trabalho para continuar a vida se não houvesse medidas cabíveis”. É necessário tirar a miséria dos boias-frias, associando-os à atividades econômicas, visando assegurar terra e transformá-los em cidadãos.

2.1.6 Trabalhador rural volante ou boia-fria

O termo “volante” e/ou “boia-fria” é utilizado comumente para aqueles trabalhadores que atuam no meio rural por tempo curto e geralmente determinado, ou seja, que são contratados para um serviço temporário, sem registro e, conseqüentemente, ficam sem direitos trabalhistas. Dutra (1999) define esse boia-fria como o trabalhador que atua em diversas atividades agrícolas, como volante ou flutuante, na área rural e também na área urbana.

O trabalhador volante, conhecido também como boia-fria, tornou-se um perfil constante no meio rural, como explica Maniglia (2000), sendo trabalhadores tratados como mão-de-obra barata, descartável e sem vínculo com o empregador. O autor explica que essa realidade é resultante do entendimento dos empregadores rurais de que não necessitam de mão de obra contínua em sua propriedade. Maniglia (2000) complementa que essa relação entre o boia-fria e o empregador acontece somente no período de safra, e é intermediado por alguém aliado ao proprietário rural e conhecido popularmente como “gato”, evitando formar vínculo empregatício.

Graziano da Silva (1980, 1982 apud VICENTE, 1999) explica que a característica principal do trabalhador volante é a de ser um assalariado rural com custo de reprodução no setor urbano, ou seja, trabalhadores que, devido à falta de

emprego formal, atuam tanto no trabalho rural quanto no urbano, onde o trabalho pago é geralmente correspondente a uma diária ou por serviço a ser realizado.

Dentro desse contexto, Staduto et al. (2004) explicam que o trabalho agrícola é muitas vezes realizado por mão de obra não qualificada, reduzindo assim a expectativa de receber um salário maior e levando ao não cumprimento dos direitos trabalhistas.

Maniglia (2000) afirma que muitos trabalhadores boias-frias, safristas e cooperados buscam o movimento MST com o intuito de saírem da condição de empregado ou boia-fria para assumirem a posição de futuro proprietário, ou seja, buscam melhoria de vida. A autora ainda explica que essa busca termina muitas vezes sem sucesso e esses trabalhadores acabam voltando às atividades anteriores.

Buscando a melhoria de vida desses trabalhadores, o Programa Vila Rural, segundo Asari et al. (2002), tem como objetivo beneficiar exclusivamente os trabalhadores rurais volantes.

2.2 RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS RURAIS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os agricultores de pequenas propriedades rurais formam uma população que pode expandir a produção com a prática agroecológica, pois a agricultura, enquanto atividade familiar, apresenta uma ideia de identidade entre família e exploração natural que corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à preservação ambiental.

A agricultura familiar inserida no Desenvolvimento Sustentável intenta, antes de tudo, situar-se na lógica dos atores sociais presentes no campo e nos movimentos que promovem uma ressignificação do homem e da mulher do campo. É fundamental visualizá-los como elementos dotados de inventividade, tecnologias e cultura próprias, sujeitos que planejam alternativas de melhorias na qualidade de vida (WEID, 2010).

A partir dos anos 1990 ganha força o tema da multifuncionalidade da agricultura, tema que, segundo Maluf (2002), é tomado como sendo um “novo olhar” sobre a agricultura familiar e que pretende analisar a interação entre famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social, considerando os modos de vida das famílias na sua integralidade e não apenas nos seus componentes econômicos. Sob essa abordagem, a agricultura familiar amplia seus horizontes, ganha uma

ressignificância e ressignificação, pois incorpora seu papel social. Adquire-se um reconhecimento institucional da importância socioeconômica e política das unidades de produção agrícola não regida pelo modelo produtivista, na direção, portanto, de um modelo de desenvolvimento econômico e social mais amplo.

As práticas ambientais representadas pela agroecologia se modificam quando relacionadas a outras variáveis. Os prejuízos econômicos, sociais e ambientais devem receber benefício com urgência:

Para alcançar investimentos mais eficazes, com resultados multiplicadores no aumento da renda dos pequenos produtores, estima-se que é necessária a demanda por bens e serviços de fornecedores e prestadores de serviços locais. (HOFFMANN, 2010, p. 15).

A agricultura familiar contribui com o desenvolvimento sustentável. Pesquisas realizadas por Maluf (2002) destacam quatro expressões da multifuncionalidade da agricultura familiar que confirmam a assertiva exposta acima: i) garante reprodução socioeconômica das famílias rurais; ii) promove a segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade; iii) mantém o tecido social e cultural; iv) realiza a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Há várias condições para que a agricultura de pequeno porte seja sustentável. Para começar, ela depende das atividades desempenhadas por pequenos agricultores na produção de alimentos frente à crescente preocupação da sociedade e dos impactos das atividades devido aos aspectos econômico, social e ambiental, repercutindo em “uma nova onda de valorização do espaço rural, capitaneados por questões ecológicas, preservação da cultura "country", lazer, turismo ou para moradia” (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2009).

A agricultura de pequeno porte consiste, pois, no conjunto de produtores rurais que “[...] operam nos menores módulos de produção e utilizam mão de obra da família, o que inclui produtores de frutas e verduras, produtores integrados a agroindústrias ou agricultores de assentamentos de reforma agrária” (NOGUEIRA; SCHMUKLER, 2011, p. 34). A geração de alimentos para a subsistência deve ocorrer como subproduto, mas o foco deve ser a geração de renda ao produtor.

No meio rural, a produtividade tem como ênfase a “*Evergreen agricultura*”, modalidade de agricultura que está interligada ao modo de produtividade com métodos de sustentabilidade, em que o conceito de “intensificação ecológica” e “agricultura de conservação” é regido por princípios agroecológicos; assim, o termo

"[...] agroecologia tem fundamentação na abordagem ecossistêmica para a intensificação sustentável da produção agrícola" (WILLIAM, 2007, p. 9).

As políticas públicas inseridas no setor de produção sustentável devem promover a adoção de tecnologias para enfrentar o problema de abastecimento, neste caso, incluir o uso de biocombustíveis, reorientação das culturas, satisfação das necessidades de alimentos, incluindo gastos com energia e uso de insumos agrícolas (SCHUTTER, 2010).

O comportamento sustentável é uma necessidade atual e não isenta o produtor e também o consumidor de mudar seus hábitos, uma vez que deixar a responsabilidade ambiental apenas nas mãos do governo e das grandes empresas, esperando uma solução milagrosa para a salvação do planeta, até agora, não gerou resultados positivos (BURGOS, 2007).

2.2.1 Aspectos econômicos

Alguns princípios gerais são normalmente obedecidos quando o agricultor busca maior sustentabilidade ecológica e independência de insumos químicos no agroecossistema, sendo que rotação de culturas, manutenção da diversidade, manejo ecológico de pragas e doenças, integração entre produção vegetal e animal são essenciais e interferem diretamente com a escolha de tecnologias. Embora com diferentes motivações, muitas vezes puramente econômicas, o agricultor orgânico deve orientar-se de acordo com normas técnicas que regem esse sistema de produção. Segundo Darolt (2002), diversos estudos na área da agroecologia, apontam que agricultores orgânicos que possuem um enfoque agroecológico almejam resultados satisfatórios no quesito sustentabilidade (DAROLT, 2002).

Desde os anos 1990 a agricultura vem caminhando em busca de processos mais sustentáveis, tanto para a produção quanto para a normatização dos produtos.

Nos anos 90 deu-se a origem dos processos de certificação ambiental dos produtos orgânicos, como os 'selos verdes'. A certificação ambiental fundamenta-se no princípio da produção com uso de técnicas e processos que não degradem o meio ambiente. A iniciativa de certificar tem partido quase que exclusivamente de organizações não governamentais. Posteriormente, em 1999, após a mobilização das ONGs brasileiras que trabalhavam direta ou indiretamente com a Agroecologia, é publicada a Instrução Normativa 007/99, que traz, entre outras novidades, a criação de um Órgão Colegiado Nacional e dos respectivos órgãos estaduais, responsáveis pela implementação da Instrução Normativa e fiscalização das

certificadoras e a exigência de que a certificação seja conduzida por entidades nacionais e sem fins lucrativos. (BRASIL, 1999, p. 12).

A proximidade de grandes centros consumidores, onde parte da população esclarecida valoriza essas iniciativas, tem permitido a manutenção e a evolução desses agroecossistemas (GARCIA, 2001).

Estimativas indicam que em 2050 um aumento global deve ser alcançado na produção agrícola em 70%, devido ao crescimento da população, além das alterações na composição das dietas de consumo associadas com crescente urbanização e aumento da renda das famílias (SCHUTTER, 2010).

Em geral, pequenos produtores são menos competitivos em atividades que envolvem economias de escala, como produção de grãos ou pecuária de corte. Por outro lado, eles conseguem gerar margens suficientes na produção de frutas e de verduras, que são mais intensivas em mão de obra e podem gerar uma receita superior à produção de grãos por unidade de área (GUANZIROLI, 2001).

Segundo Teixeira (2005), no caso da tecnologia para a agricultura de pequenas propriedades, nesse caso é necessário o acesso a equipamentos apropriados, bem como insumos de alta qualidade, para maximizar a produtividade do trabalho do agricultor, que é o seu principal ativo. A base para essa atualização tecnológica é a capacitação e o acesso a informações, pois que permitam ao agricultor tomar decisões de produção com menores riscos. Em geral, os agricultores de pequeno porte não contam com essas condições tecnológicas, sendo que muitos trabalham com soluções ultrapassadas em equipamentos, sementes não certificadas e dificuldades de acesso aos serviços de extensão rural ou aos cursos de capacitação.

Em relação à comercialização, a condição ideal seria a existência de contratos de fornecimento com condições de garantia de preços por parte de processadores ou distribuidores. Outro aspecto desejável é a existência de dependência bilateral parcial entre produtores e compradores, dependência que gera incentivos para uma relação duradoura.

Para Gliessman (2000), na maioria dos casos os pequenos produtores vendem seus produtos em condições de mercado spot, sujeitos a grandes oscilações e comportamentos oportunistas dos parceiros nas transações. Em geral os processadores evitam o uso de contratos em razão dos riscos de mercado nas relações com os seus distribuidores. As exceções são as cadeias de frangos, suínos e fumo, com contratos de integração entre processadores e pequenos agricultores.

Uma alternativa para ampliar a margem do produtor é a atuação em mercados que operem com preços superiores aos das *commodities* similares. Nessa categoria estão os produtos certificados por algum atributo funcional, de pureza ou de processo, que seja valorizado por um grupo de consumidores, segundo exigências ambientais e sanitárias de determinados mercados ou certificação de orgânicos.

Também é uma alternativa o fornecimento de produtos para a alimentação escolar, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Nesses casos, observa-se uma total compatibilidade entre o modo de produção de agricultura familiar e a integração em cadeias produtivas alimentares com essas características, em razão da maior dependência de mão de obra especializada. Uma estratégia importante é a organização dos agricultores em pequenas cooperativas ou associações que lhes permitam ter acesso a outros mercados consumidores.

Esse processo tem como linha de pesquisa:

[...] conhecimento local, incorporando o saber popular e buscando integrá-lo com o conhecimento científico, para dar lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, com resultado no processo de transição agroecológica. (GLIESSMAN, 2000, p. 81).

Os elementos centrais da Agroecologia podem ser agrupados em três dimensões: a) ecológica e técnico agrônoma; b) socioeconômica e cultural; e c) sócio-política. Estas dimensões não são isoladas, se entrecruzam, influem uma à outra, de modo que estudá-las, entendê-las e propor alternativas com abordagem inter, multi e transdisciplinar, razão pela qual os agroecólogos aplicam ensinamentos da Física, da Economia Ecológica e Ecologia Política, da Agronomia, da Ecologia, da Educação e Comunicação, da História, da Antropologia e da Sociologia, para os diferentes campos de conhecimento. (GUZMÁN et al., 2000, p. 5).

De acordo com Simoni (2013), atualmente o desenvolvimento sustentável exige novas estratégias para ampliar as metas de produtividade com diversidade nos produtos, oportunizando assim atividades produtivas que atendam às exigências da diversificação social, possibilitando valorização dos espaços rurais em que estão sendo inseridos assentamentos, oferecendo novos significados para a atividade agrícola que resulta no setor da economia e no espaço rural (KAGEYAMA, 2008; SIMONI, 2013).

2.2.2 Aspectos sociais

Os aspectos sociais envolvem questões de escolaridade, a desigualdade de renda e o acesso a serviços que afetam o bem-estar de famílias inseridas no mercado de trabalho, onde pequenas propriedades se tornaram um meio de implementar novas estratégias de sustentabilidade. Nesse contexto, as políticas públicas, juntamente com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), auxiliaram para revitalizar os moinhos coloniais, uma marca da agricultura familiar regional presente recentemente na maioria das comunidades rurais. Nesse caso envolvem histórias de muitas gerações e têm um papel fundamental na preservação da cultura e na sustentação das comunidades rurais, na medida em que o consumo de grãos, como milho e trigo, na forma de farinha, faz parte da base alimentar (GRISA, 2009).

O capital social 'capacita' os atores para colocarem o desenvolvimento a seu favor. No caso dos agricultores familiares, a criação do PRONAF em 1995 e a própria criação do PAA são conquistas da articulação com movimentos sociais, partidos, sindicatos, ONG's e destes com o Estado, tendo a função de transformar em ações concretas o desenvolvimento sustentável, considerando que o PAA se relaciona com o capital humano. (GRISA, 2009, p. 18).

O PAA apresenta interface com praticamente cinco ativos de capital, sendo os capitais natural, cultural, social, ambiental, e econômico. O acesso aos mercados através do programa incentiva a produção de alimentos das unidades familiares e oferece-lhes ainda assistência técnica e garantias de compra, apresentando o aspecto econômico, mas que impacta também no capital social da família. Do ponto de vista ambiental, o apoio à produção agrícola está atrelado à diversificação da produção, isso ocorrendo na medida em que o programa adquire vários tipos de alimentos hortifrutigrangeiros (BEBBINGTON, 1999).

O agricultor faz planos e avalia a sua atividade de forma permanente. O extensionista rural é um auxiliar nas ações de planejamento. Nesse sentido, "[...] a avaliação do financiamento rural poderá cumprir na transição agroecológica. Para tanto, é importante que se considere o impacto das iniciativas financiadas sobre o conjunto do sistema produtivo" (GUADAGNIN, 2010, p. 20).

O desenvolvimento sustentável não apresenta uma definição coerente para economistas, em que o sinônimo de desenvolvimento abrange uma realidade com foco estrito no crescimento econômico, tendo como variação o crescimento

quantitativo do produto e eficiência na economia, distribuição de renda e melhorias na qualidade de padrões de vida da população. Mesmo assim, no entanto, o desenvolvimento sustentável se encontra apoiado por uma busca, em comum, de uma melhor qualidade de vida para toda a população, apresentando preocupação com as gerações futuras (BRANDALISE; NAZZARI, 2012).

Apesar dos avanços observados no Brasil na área de proteção social por meio de programas de renda mínima e de aposentadoria rural, as condições de vida da maioria dos pequenos produtores ainda são precárias, conforme Siqueira e Osório (2001). Eles ainda destacam as necessidades básicas do acesso do produtor e sua família a educação, saúde, cultura, infraestrutura para moradia e convivência comunitária.

Para Martine (1990), o papel do Estado parece fundamental na oferta de serviços e obras destinados a essas funções, ainda que exista um enorme espaço de parcerias com empresas privadas ou entidades sem fins lucrativos. O papel dos agentes fora do governo seria promover a elaboração de projetos, a captação de recursos e a contratação de serviços. A área com maior possibilidade de se obter resultados de curto prazo parece ser a de convivência comunitária, visto que a existência de associações de produtores rurais é bastante disseminada no Brasil. Essas entidades, se adequadas e sustentadas por parceiros públicos ou privados, podem se transformar em facilitadores para a melhoria das condições sociais dos pequenos produtores. Por meio delas é possível realizar ações de educação básica ou cursos de capacitação profissional, estratégias coletivas de compras ou comercialização e discussão de iniciativas relacionadas às demais carências sociais (SANTOS, 2009).

2.2.3 Aspectos ambientais

A esfera ambiental, nos últimos anos, tem como meta interdisciplinar o desenvolvimento rural sustentável e, por fim tem um tipo de desenvolvimento mencionado pela expressão “desenvolvimento local”, sendo que depende da participação social, que se associa aos processos de descentralização do Estado e às demandas no âmbito da agricultura familiar (NAVARRO, 2001).

Desse modo, os diversos programas das vilas rurais têm relação com o aspecto ambiental, onde a inserção de culturas deve estar alinhada com as exigências básicas

de preservação de recursos naturais, redução do consumo de recursos em geral e reciclagem de materiais ou resíduos. Essas categorias são interdependentes entre si e podem oferecer guias para a formulação de políticas públicas e estratégias privadas relacionadas às ações de preservação ambiental. Conforme afirma Ehlers (2006, p. 124), "[...] a preservação de recursos naturais envolve a identificação de ecossistemas na região e o levantamento das limitações às atividades agropecuárias, por meio de um zoneamento econômico e ecológico". Também é importante destacar a necessidade de conhecimento e capacitação do agricultor:

A redução no uso de recursos depende das soluções tecnológicas adotadas pelos pequenos produtores, como capacitação e o acesso a informações, que, além dos custos envolvidos, afetam a decisão do produtor quanto às tecnologias de implantação e manejo das culturas ou sistemas de produção animal. O histórico do produtor na atividade com determinadas tecnologia tende a influir em sua propensão a mudar para alternativas de menor impacto ambiental. Dentro dos sistemas de produção convencionais, sempre há espaço para aperfeiçoar o uso de recursos como combustíveis água ou insumos químicos, desde que o produtor tenha acesso à fronteira do conhecimento para aquela atividade. Outras opções de maior alcance estão disponíveis no campo da produção orgânica, ainda que exijam um investimento maior nos processos de conversão da propriedade, em razão dos períodos de inatividade. (GRAZIANO DA SILVA, 2006, p. 90).

Na proposta de estruturação legal e normativa que trata do meio ambiente foram previstos alguns instrumentos jurídicos que garantem a participação pública direta ou indireta na tomada das decisões referentes à prevenção e ao controle de atividades (MACHADO, 2000).

O desenvolvimento e o meio ambiente estão indissolivelmente vinculados. Por esse motivo, um novo modelo de desenvolvimento, pautado na equidade social, na prudência ecológica e na eficiência econômica, deveria ser adotado. Esse modelo, inicialmente denominado "ecodesenvolvimento", foi mais tarde chamado de "desenvolvimento sustentável", nome pelo qual ficou conhecido em todo o mundo (SACHS, 1993).

Por meio do equilíbrio entre as várias atividades (lavouras, criação de animais, uso de reservas naturais) busca-se alcançar maior independência possível de energia e de materiais externos nas propriedades rurais. Esse é o princípio chamado de "auto sustentabilidade", que vale tanto para a agricultura biodinâmica como para todas as outras correntes de agricultura de bases ecológicas. Outra corrente tem origem nos pensamentos de Mokiti Okada (1882-1955), fundador da religião que originou a Igreja

Messiânica e que propôs, em 1935, um sistema de produção que tomasse a natureza como modelo. Surgiu então a corrente denominada "cultivo natural" (ODUM, 1988).

2.2.4 Aspectos culturais

Os pressupostos fundamentais para a caracterização da agricultura familiar, segundo Abramovay (1992), são: parentesco ou casamento entre membros; propriedade dos negócios combinada com controle gerencial; e controle é repassado de geração a geração numa mesma família. Seguindo essa linha de pensamento, esse segmento possui relações fundadas nos laços de parentesco e vizinhança, onde essas relações ou laços, ao se acentuarem, levam os produtores a auxiliarem uns aos outros (SILVA; MENDES, 2010).

Silva e Mendes (2010) explicam um perfil de agricultor familiar, dizendo ser aquele que preserva seus costumes e valores, práticas, saberes e crenças.

[...] São costumes relacionados ao trabalho, ao convívio social, às relações sociais, à religiosidade e à fé que, por sua vez, se constituem e se traduzem por meio de práticas, hábitos e símbolos, muitos deles dogmatizados e sacralizados que se reproduzem e se mantêm de geração em geração por meio da cultura, constituindo suas identidades [...] A cultura enquanto um conjunto de relações sociais e territoriais pode ser formada por atitudes, saberes, técnicas, crenças e valores, que fazem parte do cotidiano desse segmento. (SILVA; MENDES, 2010, p. 3).

Os autores ainda explicam que a cultura expressa fatores objetivos e subjetivos, sendo esses fatores o resultado das relações materiais e imateriais que se fundem na interação do grupo social.

A identidade do agricultor familiar é resultado da comunidade em que habita, sendo esta caracterizada como uma base territorial onde os agricultores compartilham seus conhecimentos, valores, saberes, técnicas, costumes e crenças, afirmam Silva e Mendes (2010).

Naves et al. (2009), em seu estudo sobre as comunidades rurais no município de Catalão (GO), apontam uma realidade do agricultor familiar que corrobora os levantamentos de Mendes (2005), segundo o qual nas famílias rurais as atribuições de cada um são bem definidas, o homem com o trabalho no campo ajudado pelos filhos desde cedo, enquanto as mulheres cuidam das atividades domésticas com a ajuda das filhas.

O trabalho no meio rural é então ensinado dos pais para os filhos, sendo aquele que passa maior parte do tempo com o pai, o que adquire maior conhecimento, afirma Mendes (2005). Dentro desse contexto, Naves et al. (2009) explicam que os filhos acompanhavam desde muito cedo os pais na lida no campo, visto que o trabalho era considerado um complemento para a educação das crianças e dos jovens, podendo chegar a doze horas trabalhadas por dia. O autor complementa que as filhas acompanhavam as mães nos diversos trabalhos familiares, as quais eram responsáveis por buscar água, recolher a lenha, cultivar hortaliças, socar arroz no pilão, fazer polvilho e farinha de mandioca, costurar, cozinhar e cuidar dos filhos.

No contexto desse trabalho, na vila rural a vida dessas famílias é considerada muito simples, própria de quem tem origem na agricultura familiar, com tradições oriundas da expansão da colonização do norte gaúcho e do oeste catarinense e também com forte apego às relações familiares e religiosidade.

2.2.5 Aspectos políticos

Segundo Andrade e Ventura (2011), o Programa Vilas Rurais é, na verdade, um subprograma do “Projeto Paraná 12 meses”, vinculado ao “Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural”. O autor explica que, em 1995, o Banco Mundial, em conjunto com a Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral, desenvolveu quatro subprojetos. Dentre eles, o “Projeto 12 Meses”, que visava possibilitar ao trabalhador rural uma estrutura financeira básica para que esta fosse ativa, competitiva e rentável, atrelado a condições favoráveis de moradia, renda, saneamento básico, saúde e educação (PARANÁ, 1995 apud IPARDES, 2006).

3 METODOLOGIA

Quanto ao presente estudo, a sua delimitação de tema foi por nós assim formulada: “Caracterização dos moradores e a sustentabilidade do programa na Vila Rural São Camilo, Palotina/PR”, sendo que a população envolvida na coleta de dados foi a totalidade das 42 famílias moradoras de ambos os gêneros (masculino e feminino), residentes na Vila Rural São Camilo (Figura 1), situada no município de Palotina/PR.

Figura 1 - Localização do Distrito e da Vila Rural São Camilo, Palotina/PR



Fonte: Google Earth (2016)

O critério de inclusão e exclusão para a coleta de dados foi residir na Vila Rural e disponibilizar-se para participar da pesquisa. De cada família compareceu espontaneamente um representante, sendo a população composta por 100% das famílias, com um total de 42 representantes que responderam ao questionário.

O método utilizado na pesquisa se caracterizou como um estudo de caso, baseado nos princípios da extensão rural, adotando as técnicas de reunião e entrevista. Uma reunião antes da coleta de dados foi realizada com os moradores que estavam presentes na Vila Rural em questão, para explicar do que se tratava este trabalho e agendar um dia para realizar a pesquisa. Os moradores se comprometeram em repassar as informações e o convite aos demais que não estavam presentes nesse momento.

No segundo momento, foi realizada a reunião para a entrevista dos moradores, onde novamente foi explicado do que se tratava e explicado um pouco sobre os questionários, modelo escolhido para a coleta de dados. A entrevista contou com auxílio de três universitárias, que foram previamente preparadas para o momento.

A pesquisa é parte integrante do Programa Ciência, Tecnologia e Ambiente da Unioeste, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Os questionários foram confeccionados previamente com questões que abordavam itens como: i) fatores para a inscrição no Programa Vila Rural; ii) avaliação da situação atual das estradas e das cercas; iii) condição de moradia na vila rural; iv) renda das famílias na vila rural; v) tipos de cultura na vila rural; vi) espécies de animais produzidos na vila rural; vii) insumos utilizados na produção; viii) comercialização dos produtos da vila rural; ix) condições de moradia na Vila Rural São Camilo Palotina/PR; x) infraestrutura das famílias da vila rural; e xi) satisfação dos moradores da vila rural.

A pesquisa teve como foco buscar informações para compreender como é a realidade dos moradores da Vila Rural São Camilo e qual foi a trajetória deles até a Vila Rural. Os dados obtidos foram apresentados e analisados em tabelas e gráficos, conforme informações repassadas através das famílias das vilas rurais, analisando quais aspectos implicam a busca de sustentabilidade em pequenas propriedades rurais e, principalmente, a viabilidade do Programa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

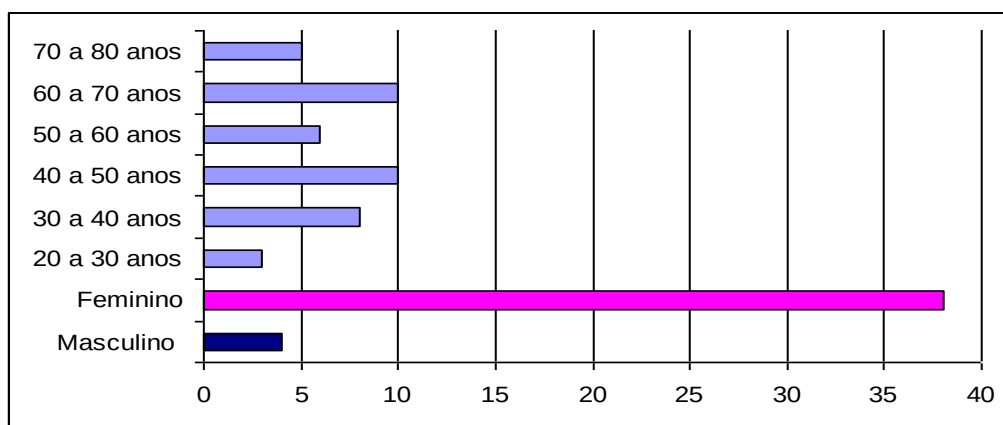
Segundo Abramoway (2001), nos últimos anos o Brasil vem adotando políticas públicas de interesse social e econômico para a agricultura familiar. Para Lamarche (1993), a agricultura enquanto atividade familiar apresenta uma ideia de identidade entre família e exploração, que corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. Tedesco (2001) também aborda a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, as modalidades de produção, valores e tradição, ou seja, patrimônio sociocultural.

Quanto à caracterização da vila rural em estudo, denomina-se ela "São Camilo", localizada a uma distância de 15 km do município de Palotina, sendo que todos os lotes em que as famílias residem são contíguos e cada um possui uma área de 5.000 m².

4.1 ASPECTOS SOCIAIS DAS FAMÍLIAS DA VILA RURAL SÃO CAMILO

Para colaborar na compreensão das condições presentes nas vilas rurais, neste estudo vão detalhados aspectos considerados significativos na composição e no modo de vida das famílias que residem na Vila Rural São Camilo. O estudo envolveu a participação de 42 famílias, sendo que os pesquisados que representavam suas famílias se encontravam na faixa etária de 20 a 80 anos, sendo 4 do gênero masculino e 38 do gênero feminino, conforme a Figura 2.

Figura 2 - Gênero e faixa etária dos moradores entrevistados da Vila Rural São Camilo

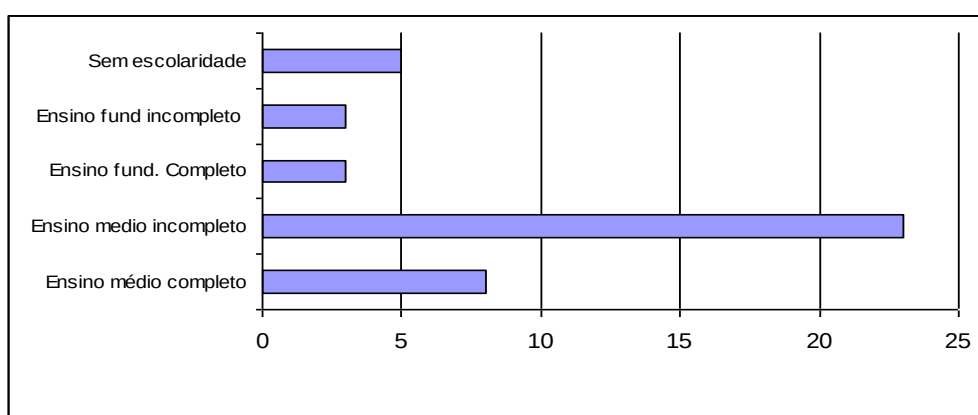


Fonte: Dados desta pesquisa, 2016

A maioria dos entrevistados pertencia ao sexo feminino, fator esse devido à disponibilidade de tempo das mulheres que residem na Vila Rural São Camilo e também ao maior interesse que elas demonstraram frente ao estudo realizado.

Conforme resultados da pesquisa (Figura 3), constatou-se que, em sua maioria, a população que reside nessa vila rural possui grau de escolaridade com ensino médio incompleto, fator esse que interfere nos aspectos econômicos, culturais, oportunidade de acesso ao mercado de trabalho, na organização e na qualidade de vida da família.

Figura 3 - Grau de escolaridade dos moradores entrevistados da Vila Rural São Camilo



Fonte: Dados desta pesquisa, 2016.

Apesar de 8 moradores (19%) entrevistados terem concluído o ensino médio, observa-se um número alto (23) de moradores (55%) com ensino médio incompleto e 5 (12%) se declararem analfabetos. Os outros 14% correspondem aos outros níveis de escolaridade (ensino fundamental incompleto e completo). Esses resultados, apesar de estarem à frente dos levantados pelo IPARDES (2005), onde os residentes da Vila Rural em estudo apresentavam em sua maioria até 4 anos de estudo, o que era relativo ao antigo primário, ainda são uma realidade alarmante.

Esser et al. (2006) ao estudarem as Vilas Rurais de Anahy e de Corbélia, também encontraram níveis baixos de escolaridade. Segundo os autores, em Corbélia 53% dos moradores possuíam escolaridade até a 4ª série; 18,5% eram analfabetos; 18% estudaram da 5ª a 8ª série incompleta; e 10% concluiu o ensino médio. Já em Anahy, os autores descreveram sendo 67% dos moradores com nível de escolaridade até a 4ª série, e, do restante, metade eram analfabetos e a outra metade eram pessoas com estudo entre a 5ª e 8ª série.

Uma população com maiores níveis de escolaridade, isso acompanhado de uma igualdade de gênero no acesso à escola é uma condição indispensável para atingir prosperidade e justiça na sociedade, afirma Alves (2008).

Guimarães (1996) explica que, segundo a teoria do Capital Humano, há uma relação entre grau de escolaridade e oportunidades no mercado de trabalho, ou seja, quanto maior o grau de escolaridade, maiores serão as oportunidades dos indivíduos. O autor explica a ideia de Schultz (1961 apud Guimarães 1996), que aponta cinco categorizações de investimentos no ser humano, quais sejam: i) cuidados médicos; ii) alimentação e habitação; iii) treinamento no trabalho; iv) educação formal e programas de estudo para adultos; e v) migração. Também afirma que a quantidade desses investimentos para cada um é fator determinante para a explicação dos ganhos e da ocupação profissional.

A baixa escolaridade muitas vezes é paralela à realidade do trabalho infantil, pois, segundo Maniglia (2000), apesar do esforço das crianças em frequentar a escola, é inviável o pouco rendimento ou a desistência devido ao desgaste que o trabalho rural proporciona. A autora ainda afirma que, no campo, de cada mil alunos da área rural matriculados na 1ª série, apenas 15 concluem o primeiro grau. Essa realidade, da baixa escolaridade, é então um fator de exclusão social, sendo que os que não conseguem atingir a escolaridade acabam à mercê do desemprego ou do subemprego (MANIGLIA, 2000).

Essa realidade foi observada também por Basaldi (1996), segundo o qual o rendimento médio das pessoas ocupadas na agricultura paulista é maior para os que possuíam domicílio urbano, para os homens e para aqueles que possuíam maior escolaridade e mais idade.

Segundo dados das Tabelas 1 e 2, para a população participante da pesquisa, o motivo de inscrição para o Programa Vila Rural envolve vários fatores, sendo econômicos, sociais, financeiros e familiares.

Tabela 1 - Fatores para inscrição do Programa Vila Rural

Inscrição	
Ter uma casa	20
Deixar de pagar aluguel	10
Ter um lugar para plantar	11
Morava de favor	1

Fonte: Dados desta pesquisa, 2016.

Dos entrevistados, 20 responderam que a inscrição ao Programa se deveu ao desejo de ter sua casa própria, o que pode ser explicado por muitos viverem anteriormente em casas cedidas. Para outros, tratava-se do desejo de deixar de pagar aluguel – como explicitado por 10 entrevistados. Assim, apesar de os objetivos parecerem diferentes, o fundamento de ambos os grupos está alicerçado em alcançar o direito à posse de uma moradia, um teto ou uma casa própria.

Essa busca pela melhoria da qualidade de vida é geralmente o fator que despertou o interesse dos moradores atuais de residirem na Vila Rural. Os mesmos objetivos foram encontrados por Dores e Asari (2001) ao estudarem a Vila Rural da Paz, situada em Rolândia, no Paraná, onde os moradores declararam o interesse no Programa pela busca de melhores condições de vida, ter uma casa própria, motivos familiares e pela busca de trabalho.

A condição de trabalho dos participantes deste estudo demonstra que 23 tinham apenas serviço temporário, como boia-fria, volante, e apenas 4 possuíam trabalho rural fixo (Tabela 2).

Tabela 2 - Profissão dos moradores antes da Vila Rural

Profissão	
Boia fria	23
Urbano fixo	8
Arrendatário	2
Rural fixo	4
Meeiro	5

Fonte: Dados desta pesquisa, 2016.

Os dados levantados caracterizam o objetivo do Programa em partes, pois existe uma parcela de moradores que anteriormente possuía trabalho fixo. Dessa forma, uma das exigências do Programa não é cumprida. Uma das explicações para tal é a troca de moradores das casas, que é realizada de maneira irregular, onde o morador antigo vende o direito daquela propriedade, faltando uma fiscalização do governo quanto à ocupação das propriedades.

4.2 ASPECTOS AMBIENTAIS DA VILA SÃO CAMILO

Das famílias residentes na Vila Rural São Camilo, 100% (42 famílias) se beneficiaram de recursos/benfeitorias que incluem energia elétrica, água encanada, fossa séptica, transporte escolar, transporte coletivo e salão de reuniões – além de as estradas agora serem cascalhadas. Ainda, todas as divisórias dos lotes são construídas de palanques com arame liso.

Foi solicitado aos participantes que avaliassem a situação atual das estradas e das cercas de seus lotes. Os entrevistados classificaram em “ótimas”, “boas”, “razoáveis” ou “péssimas” as estradas e as cercas, como observado na Tabela 3.

Tabela 3 - Avaliação da situação atual das estradas e das cercas.

Estado de conservação	Ótimas	Boas	Razoáveis	Péssimas
Cercas	3	19	12	8
Estradas	2	24	8	8

Fonte: Dados desta pesquisa, 2016.

A maioria dos moradores classificou a estrutura, tanto das cercas quanto das estradas, em “boa”, mas ainda assim existem moradores insatisfeitos com a estrutura da Vila Rural. Essa insatisfação pode ser da localização do lote dentro da vila e do seu nível de conservação, que pode variar muito com os cuidados que o morador anterior teve com o lote.

Um dos pontos levantados pelo Programa é que a vila rural esteja perto de benfeitorias como escolas (Figura 4).

Figura 4 - Infraestrutura: Igreja do Distrito de São Camilo, Palotina/ PR.



Fonte: O Autor, 2016.

É importante a facilidade de acesso também a igrejas (Figura 4), escolas (Figura 5), postos de saúde (Figura 6), entre outras instalações coletivas ou públicas, para que a população residente nas vilas tenha acesso a esses bens.

Figura 5 - Infraestrutura: Escola do Distrito de São Camilo, Palotina/PR



Fonte: O Autor, 2016.

Figura 6 - Infraestrutura: Posto de saúde do Distrito de São Camilo, Palotina/PR.



Fonte: O Autor, 2016

Essas estruturas estão presentes no Distrito de São Camilo, onde está situada a Vila Rural em estudo. Dessa forma, os moradores da vila possuem acesso rápido e fácil a esses bens, como por eles foi descrito.

4.3 CONDIÇÃO DOS MORADORES ANTES DA VILA RURAL

Considerando essa preocupação de como os sujeitos da pesquisa avaliavam sua anterior condição de vida, foi perguntado sobre a sua moradia. A essa pergunta,

os entrevistados, em sua maioria (21), responderam que antes moravam em casas cedidas, sendo que a maioria dos moradores (20) consideravam o estado da moradia anterior à Vila Rural como sendo “bom”, 15 consideraram “péssimo” e apenas 7 como “ótimo” (Tabela 4).

Tabela 4 - Condição de moradia antes da vila rural

Condição Moradia		Situação	
Casa própria	11	Ótimo	7
Cedida	21	Bom	20
Casa alugada	10	Péssimo	15

Fonte: Dados desta pesquisa, 2016

Ainda, na condição anterior, os moradores em estudo se encontravam com ganhos entre 01 e 02 salários mínimos ou até sem renda mensal (Tabela 5), situação que dificultava a sobrevivência no campo.

Tabela 5 - Renda das famílias antes da Vila Rural

Renda antes da vila rural	42 (famílias)
1 salário mínimo	19
2 salários mínimos	10
3 salários mínimos	2
Sem renda	11

Fonte: Dados desta pesquisa, 2016.

A renda das famílias informada pelos entrevistados é baixa devido ao fato de trabalharem como boias-frias em sua maioria, ou como trabalhadores temporários, realizando serviços que muitas vezes eram pagos em diárias trabalhadas. Além disso, os 11 moradores que se declararam sem renda afirmaram não ter um trabalho concreto, dependendo muitas vezes da ajuda de terceiros.

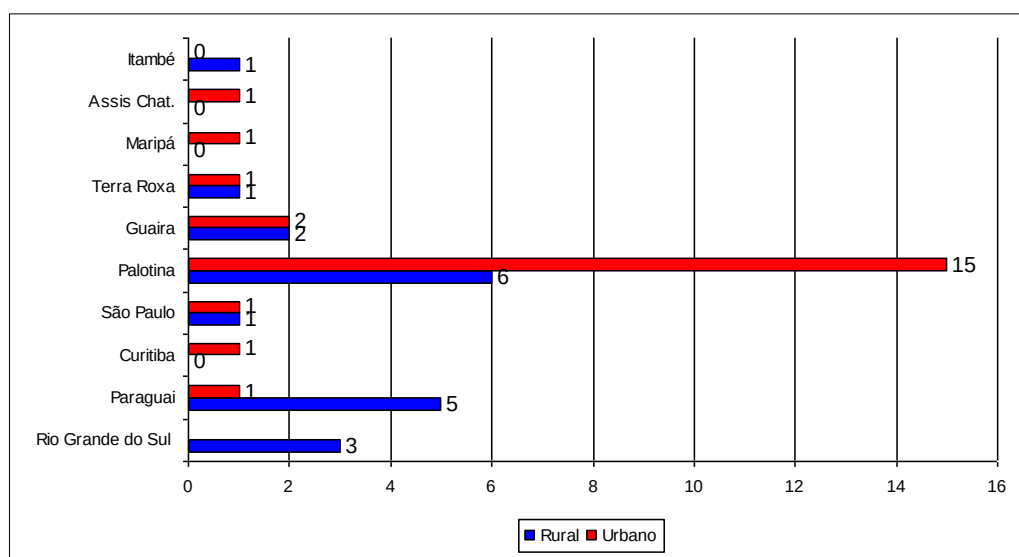
Esses resultados colocam em pauta a condição financeira precária dessas famílias. E ainda há outros pontos para ponderar, como o fato de a maioria dos representantes respondentes terem sido mulheres, podendo então ser que muitas não conheçam efetivamente quanto ganham seus maridos. E também, quando a informação solicitada é sobre renda, é muito comum o entrevistado não informar de modo satisfatório.

Esses valores não alcançam nem a possibilidade de uma alimentação adequada à família, no entanto, em teoria, os sistemas alimentares devem garantir a

disponibilidade de alimentos para todos, ou seja, a alimentação deve ser adaptada para as necessidades do mundo. Esses dados estão em conformidade com as estimativas de que em 2050 haverá um aumento global da produção agrícola e aumento da renda das famílias (SCHUTTER, 2010). No caso de uma estimativa como essa não se efetivar, é importante registrar que haverá necessidade de maior quantidade de alimentos produzidos e políticas de acesso de todos aos alimentos.

Conforme dados da Figura 7, em sua maioria a população é proveniente da zona urbana (23), destes sendo 15 de Palotina, os quais se inscreveram ou adquiriram direitos à propriedade de outros moradores para investir no seu sustento na vila rural.

Figura 7 - Municípios ou cidades onde residiam antes da entrada na Vila Rural



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Mediante a expectativa de reduzir nos centros urbanos os problemas sociais causados pela falta de moradia dos boias-frias, o governo implementou uma alternativa para as questões urbanas, uma vez que dotar as cidades de infraestrutura para atender a tal demanda de população acarretaria um dispêndio econômico maior do que no meio rural.

No Paraná, uma vila rural ou uma vila urbana (pois é caracterizada como imóvel urbano, levantando um questionamento) camuflada de alguns elementos rurais pode envolver os objetivos das famílias de trabalhadores rurais, que é a volta ao campo enquanto produtores agrícolas. Outro elemento é o caráter rural do Programa, que está relacionado às discussões, ainda sem definição, a respeito da forma do imposto, pois, como na vila o lote tem apenas $\frac{1}{2}$ hectare, o INCRA não a considera como terra

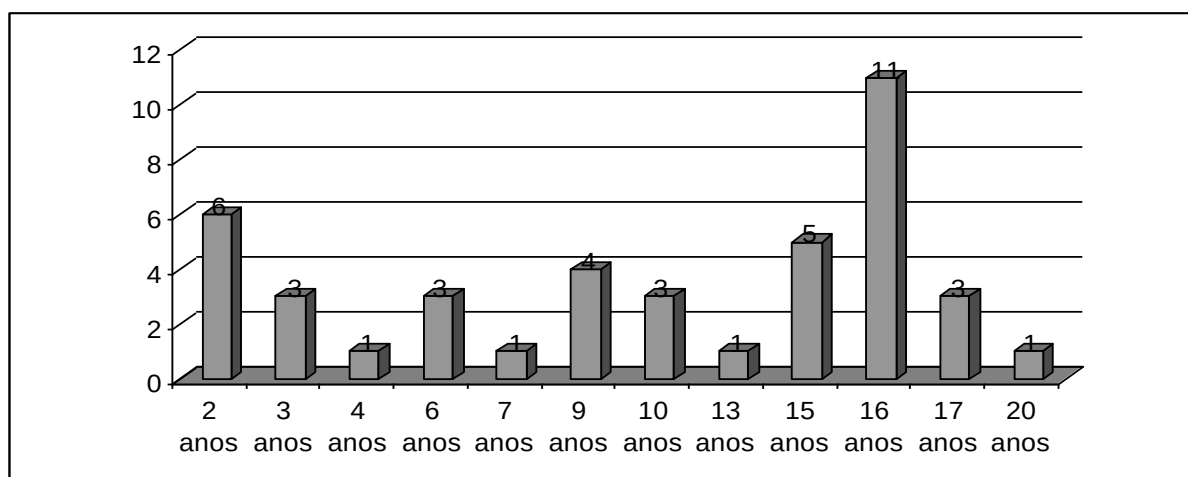
rural, mas urbana, cabendo sua tributação como imóvel urbano, o que elevaria consideravelmente o custo para seus moradores.

Segundo Silva (1999), o Paraná cresceu apenas 0,90% ao ano. O êxodo rural foi intenso e a consequência da modernização da agricultura tornou-se um fator que contribuiu com o êxodo rural para fora do Estado. É necessário destacar que as migrações campo-cidade acrescentaram a obrigação da infraestrutura da maioria das sedes dos municípios e esses também não dispunham de recursos duradouros para garantir a geração de novos empregos, habitação, saúde, educação, transporte, pavimentação e outros serviços imprescindíveis à qualidade de vida.

Segundo Oliveira (1999), há regiões no Paraná que apresentam áreas com cultivos que demandam mão de obra temporária, mas, por outro lado, há outras em que prevalecem as culturas que não necessitam desse tipo de serviço, pois apresentam uma concentração das culturas que somente utilizam a mecanização, como a soja e o trigo.

O tempo de moradia das famílias na Vila Rural São Camilo é quantificado na Figura 8.

Figura 8 - Classificação quanto ao tempo de moradia na Vila Rural São Camilo



Fonte: Dados desta pesquisa, 2016

Os dados da pesquisa mostram que o maior número de moradores (11) está ali sediado há 16 anos, e os demais se enquadram num tempo inferior, sendo o mais idoso de 20 e o menos idoso de 02 anos. Se somadas as famílias que moram de 10 a 20 anos nessa vila rural, são 24 famílias de um total de 42 famílias pesquisadas, o

que representa que mais de 50% das famílias se mantiveram até o momento em suas propriedades.

Quanto à aquisição dos lotes, foi verificado que 14 moradores adquiriram os direitos de terceiros, 11 da prefeitura e 10 adquiriram de outras pessoas (parentesco dos familiares). Ainda 10 das propriedades permanecem com os primeiros moradores, em 10 estão já os segundos moradores e a maioria dos lotes, sendo 22, estão ocupados com terceiros moradores. O questionamento que se levanta a partir desses dados é se o Programa está sendo colocado em prática, se esses moradores se enquadram nas suas exigências e onde está a fiscalização das vilas rurais.

Ao assumirem a posse do lote, com as devidas infraestruturas, os custos são repassados às famílias que assumem um financiamento a ser quitado em 25 anos, com um prazo de carência de 30 meses, nos quais pagam taxas simbólicas e, passado esse período, iniciam o pagamento de prestações mensais, que giram em torno de 20% do salário mínimo vigente, para que, posteriormente, possam “receber” o título de proprietário da terra.

Conforme estabelece a regulamentação do INCRA, a vila rural é considerada um imóvel urbano, portanto, nesse caso, os moradores não poderiam receber o título de posse do lote. Um dos objetivos do Programa Vilas Rurais é que, através dos lotes, os moradores possam praticar uma produção agrícola para seu autoconsumo e, ainda, comercializar o excedente como forma de complementar sua renda mensal, que será obtida a partir do trabalho rural realizado fora do lote.

Entretanto, a partir da realidade observada, foi possível verificar a inviabilidade do projeto, pois, segundo Da Ponte (2002), ao realizar uma análise da Vila Rural Taquara do Reino, localizada no município de Ibiporã, região norte-paranaense, verificou-se que a quantidade produzida é ínfima e insuficiente para suprir as necessidades básicas, portanto inexistente para comercializar. Essa mesma realidade foi observada na vila rural em estudo.

Esse fato se deve ao reduzido tamanho do lote ($\frac{1}{2}$ ha) e à falta de incentivos e de orientação técnica destinados aos moradores. Como a produção é insuficiente para o consumo, o trabalho fora se torna de extrema necessidade para as famílias, caracterizando as vilas rurais como reserva de mão de obra, tanto para o meio urbano como para o meio rural, sendo vistos como proletariados temporários, pois, como não conseguem manter uma economia mercantil simples, necessitam buscar outras atividades externas ao lote para auferir renda.

4.4 PRODUÇÃO E AUTOCONSUMO NA VILA RURAL SÃO CAMILO

Segundo Da Ponte (2002), como acima vimos, a produção das vilas rurais é insuficiente para o consumo, o que acarreta a necessidade de o morador da vila buscar um trabalho fora dela, caracterizando as vilas rurais como local de reserva de mão de obra. O autor explica que os moradores das vilas são vistos como trabalhadores temporários, seja para o meio rural, seja para o urbano. Esses trabalhadores são então caracterizados como pluriativos¹, pois a renda do lote é insuficiente, sendo a busca de trabalho externo uma medida de sobrevivência dos moradores.

Um dos objetivos do Programa, qual seja a produção para o autoconsumo e a geração de renda para o morador, é, pois, uma realidade distante, Conforme Graziano da Silva (1999, p. 117),

[...] as Vilas Rurais deveriam ser suficientemente grandes para possibilitar a criação no seu interior de demandas de bens e serviços que pudessem ser gerados ali mesmo, de modo que os moradores pudessem dispor de outras fontes de renda [...].

Porém essa não é a realidade dos moradores da Vila Rural São Camilo.

Os dados demonstram, porém, que nas propriedades existem experiências de produção agrícola (Figura 9), quer seja para o autoconsumo ou para a comercialização, em 22 propriedades, 18 plantam mandioca e batata e 12 plantam milho.

Figura 9 - Atividades agrícolas para autoconsumo - diversificação e ocupação



¹ Entendida como a expressão de inúmeras formas de trabalho, sobretudo combinações entre trabalhos agrícolas com outros do ramo industrial, fora ou dentro da propriedade, com uma outra fonte de renda, o que implica mobilidade, desempenho de outras tarefas que não as agrícolas. Fonte: Dicionário informal: <www.dicionarioinformal.com.br/pluriativo/>.



Fonte: O Autor, 2016

Também relatam que se cultivam hortaliças em 08 propriedades, que 07 possuem pastagem e 03 possuem fruticultura, atividade que bem poderia ocorrer em mais lotes (Tabela 6).

Tabela 6 - Tipos de cultura na vila rural

Tipos de culturas	Produtores
Mandioca/ batata	18
Milho	12
Hortaliças	8
Pastagem	7
Fruticultura	3
Soja	3
Feijão	2
Café	1

Fonte: Dados desta pesquisa, 2016

Nas fotos e na tabela 6 notamos a diversidade de culturas produzidas pelos moradores na Vila Rural, pois alguns produzem hortaliças, outros frutíferas e ainda assim existem aqueles que produzem também grãos, como soja, por exemplo. Questiona-se, então, qual é a viabilidade dessa produção em um espaço tão reduzido, evidenciando que essa produção não é voltada para o autoconsumo, e sim para a venda, ou até há caso da terra arrendada, já que um morador afirmou realizar o arrendamento da sua terra.

Percebe-se, nesse caso, uma irregularidade aos objetivos preconizados pelo Programa. Os demais que produzem milho, por exemplo, que também se classifica como uma grande cultura, produzem em quantidades reduzidas, sendo esta uma produção voltada para o autoconsumo.

As demais culturas produzidas pelos moradores se enquadram na produção para autoconsumo, como mandioca, batata e até mesmo o café. Ainda assim, essa produção não é suficiente para uma alimentação completa, atendendo apenas a uma parte da necessidade, sendo necessária a busca por alimentos fora da propriedade.

Nos países em desenvolvimento, as perdas de alimentos no campo (entre plantio e colheita), podem acometer perdas devido a agentes patogênicos e a outras pragas, atingindo um percentual entre 20% e 40% da subsequente meia-colheita; prejuízos esses causados pelo armazenamento e conservação inadequados, incluindo um percentual de 12% até 50% para frutas e hortaliças (UNEP, 2009).

Conforme dados da pesquisa, em sua maioria, os pequenos produtores fazem o cultivo de mandioca e milho, culturas essas consideradas fundamentais nos aspectos econômicos, pois são produtos que geram sustento tanto humano como dos animais. Entre eles encontramos uma parcela muito pequena que desenvolve atividades com produção de hortaliças.

Foi pesquisado também quanto aos tipos de produção e que animais mais criam. O resultado mostra que essa criação está centrada na avicultura (Tabela 7).

Tabela 7 - Tipos de produção na vila rural

Tipos de produção	Quantidade
Avicultura	24
Agricultura	22
Suinocultura	19
Bovinocultura	11

Fonte: Dados desta pesquisa, 2016.

Para ampliar a geração de renda dos produtores por meio de acesso e desenvolvimento de mercados, as organizações sociais propuseram, no processo de negociação, alterações para ampliar a geração de renda aos produtores por meio da estruturação de um sistema de inspeção sanitária coerente com a produção de animais garantindo o desenvolvimento de mercados com procedimentos de produção com práticas da Agroecologia (SIMONI, 2013).

De acordo com a Tabela 8, a maioria (27) dos moradores da vila rural faz uso de agrotóxicos na produção das culturas, e uma minoria (4) utiliza adubo químico no solo.

Tabela 8 - Insumos utilizados na produção

Insumos	Sim	Não
Uso de agrotóxico	27	15
Uso de adubo químico	4	38

Fonte: Dados desta pesquisa, 2016.

Os dados obtidos não estão em conformidade com o ponto de vista agroecológico, tendo como base uma compreensão holística dos agroecossistemas, capaz de atender, de maneira integrada, aos seguintes critérios: a) baixa dependência de *inputs* comerciais; b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; d) manutenção a longo prazo da capacidade produtiva; e) preservação da diversidade biológica e cultural; f) utilização do conhecimento e da cultura da população local; g) produção para o consumo interno e para a exportação, quando em grande escala (ALTIERI, 2002).

O que fica implícito nesse resultado é o tamanho da necessidade de se utilizar o agrotóxico em uma área menor que meio hectare (descontando o espaço da casa) que os produtores relatam. Será que em um espaço tão reduzido, e que muitas vezes é bastante diversificado, há necessidade e qual a viabilidade de se utilizar agrotóxicos para controle de eventuais pragas, doenças e plantas daninhas?

A produção da vila rural é comercializada de diferentes formas pelos produtores (Tabela 9). A maioria dos produtores não comercializa seus produtos e uma justificativa para tal são as dificuldades no transporte, de se colocar no mercado, entre outras.

Tabela 9 - Comercialização dos produtos da vila rural

Comércio	Produtores
Intermediário	11
Feiras na cidade	1
Cooperativa	1
Não Produz	3
Não Comercializa	26

Fonte: Dados desta pesquisa, 2016.

De acordo com os moradores, a maioria deles não realiza a comercialização de sua produção, justificando a utilização apenas para o consumo, já que as

quantidades produzidas são muito baixas para serem comercializadas. Ainda assim, 3 moradores relataram não produzir nada em sua propriedade, não utilizando o espaço que é disponibilizado para esse fim, um dos objetivos do Programa em questão.

Alguns moradores da vila rural (10 deles) possuem outras fontes de renda, sendo 11 aposentados e apenas 10 recebem ajuda de programa municipal ou de programa federal. Poucos (apenas 10) são conveniados com cooperativas, 12 dizem que recebem assistência técnica, mas todos não conseguem meios de financiamento.

Assim, importante é destacar que 30, ou seja, a maioria, respondeu que gosta de trabalhar na terra, porém faltam recursos e incentivos dos governantes. O elevado número de pessoas que não responderam refere-se à situação de plantar somente para seu consumo e não para comercializar.

Destaca-se, nesse questionamento, primeiramente, que é necessário analisar o alcance do PRONAF Agroecologia, enquanto política pública destinada a promover a transição agroecológica de agricultores familiares, fator que se apresenta insignificante mediante o volume, nas linhas de financiamento tradicionais, nos últimos anos (algo em torno de 0,01 %) (WEID, 2007).

Diante disso, a comunidade agricultora das vilas rurais deverá ter assistência técnica para buscar um modelo de desenvolvimento sustentável. Havendo essa assistência técnica, será possível construir por meio de um projeto de inclusão social para o homem da terra, para que se sinta valorizado e projete na sua vivência comunitária um novo caminho para o desenvolvimento do campo, incrementando os recursos naturais e produzindo alimentos saudáveis.

Para revitalizar as atividades da agricultura familiar regional presente recentemente na maioria das comunidades rurais é importante incentivar o cultivo de grãos, como milho, trigo e feijão (GRISA, 2009). O Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (sobretudo através da CONAB) e o MDA são responsáveis por definir as medidas necessárias à execução dos programas (sistemática de aquisição dos alimentos, regiões prioritárias, preços pagos segundo diferenças regionais e condições da agricultura familiar e condições de doação e venda dos produtos).

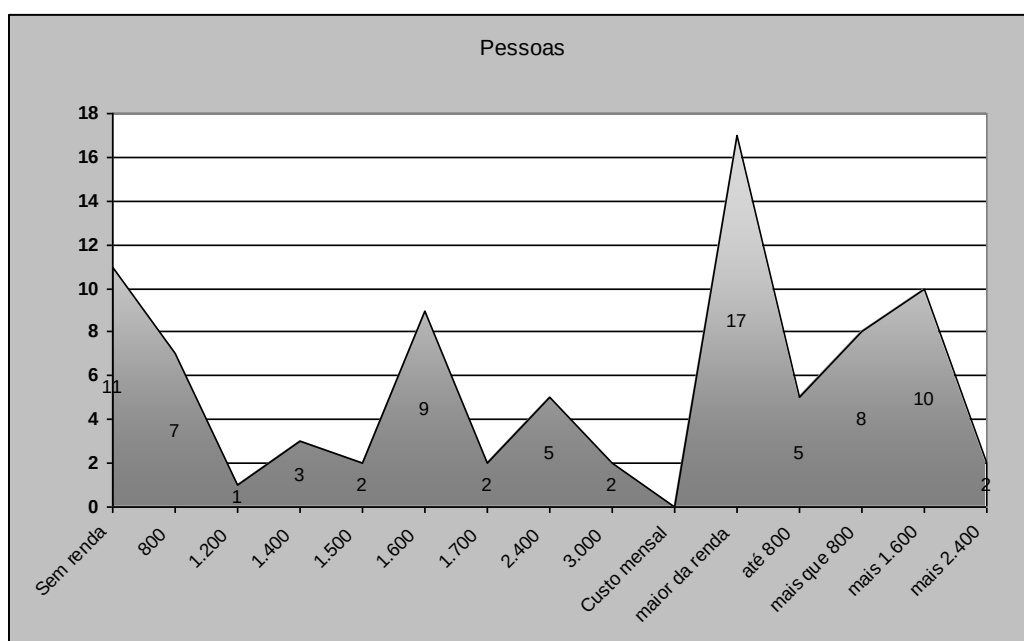
Esses programas incentivam a produção de alimentos das unidades familiares e lhes oferecem ainda assistência técnica e garantias de compra. O apoio à produção

agrícola está atrelado à diversificação da produção na medida em que o programa de alimentos oferece renda (BEBBINGTON, 1999).

4.5 CONDIÇÃO ATUAL DOS MORADORES DA VILA RURAL SÃO CAMILO

Conforme dados inscritos na Figura 10, constatou-se que, em sua maioria, os moradores possuem um custo acima da renda que recebem, ou seja, permanecem no vermelho, pois, em média, a maioria recebe até 2 salários mínimos mensalmente, e gastam acima de 3 Salários Mínimos.

Figura 10 - Comparativo entre renda mensal e custo mensal da família



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Segundo os dados da pesquisa, a condição de moradia das famílias na vila rural apresentou um percentual positivo para todos os fatores questionados, sendo que 15 moradores tiveram condições de efetuar benfeitorias, 13 recebem contribuições de mão de obra de vizinhos e apenas 04 apresentaram situações de desavenças, conforme Tabela 10.

Apesar de a grande maioria relatar que as condições de moradia na Vila Rural não são melhores do que na moradia anterior, é importante ressaltar que a maioria também não pretende se mudar, assim como também não tiveram dificuldades. Esses resultados apontam para uma acomodação do morador, pois, apesar de não

reconhecer uma melhoria em relação à antiga moradia, também não pretende se mudar da Vila, e não apresenta grandes perspectivas de melhoria, como foi observado durante as entrevistas.

Tabela 10 - Condição de moradia na Vila Rural São Camilo Palotina/PR.

Condições da moradia	Sim	Não
Melhor na Vila Rural	14	28
Realizou benfeitorias	15	27
Teve dificuldades	10	32
Pretende mudar	12	20
Recebe ajuda de vizinhos	13	29
Troca mão de obra	10	32
Desavenças com vizinho	4	38

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Muitos dos moradores que não realizaram benfeitorias em suas moradias, eles não o fizeram por falta de condições financeiras, mas muitos relataram a vontade de fazê-las. A renda dessas famílias em questão muitas vezes não cobre os gastos mensais da casa, não sobrando dinheiro para realizar quaisquer mudanças em suas habitações.

Aprofundando o tema sobre as benfeitorias que as famílias puderam realizar, em levantamento de campo foi possível observar as melhorias conforme as Figuras 11 e 12.

A Figura 11 apresenta duas unidades básicas de moradia conforme a construção original, sem benfeitorias.

Figura 11 - Casas sem benfeitorias.



Fonte: O autor, 2016.

Já na Figura 12 se observam as mudanças realizadas nas residências por alguns moradores, melhorando consideravelmente a situação delas.

Figura 12 - Casas com benfeitorias.



Fonte: O Autor, 2016.

Essas famílias, buscando melhor organização familiar e conforto, desenvolveram um “outro” projeto de sua residência de acordo com suas reais possibilidades de renda. Foram acrescentadas e redistribuídas internamente outras dependências, tais como: quartos, sala, cozinha, banheiros bem estruturados, garagens, áreas de serviço e área coberta para lazer.

Esses são, porém, alguns casos raros, que não representam a população-alvo da Vila Rural. São funcionários públicos aposentados ou da ativa que, por razões pessoais, resolveram comprar uma propriedade na Vila Rural, porém a maioria, pela baixa renda que possui, não conseguiu melhorar a sua casa, mesmo após aproximadamente 15 a 20 anos.

Em sua maioria, 38 moradores da vila rural estão com as prestações sem atraso, ou seja, conseguem pagar em dia para não acumular juros.

Ainda, sobre a infraestrutura que colabora para sua qualidade de vida, todos destacaram a destinação do lixo produzido. Nos pontos seguintes a opinião está bem dividida entre os que apresentam como ponto positivo e os que acham que esse fator está oferecido de forma negativa. Dentre esses fatores está a Assistência à Saúde, que foi enfatizada por 22 entrevistados como negativa e somente aproximadamente a metade (20 moradores) acha positiva. Segue-se a questão de água e energia elétrica, fator a respeito do qual 23 apontaram não ser viável, pois os custos são elevados, e somente 19 responderam como sendo fator positivo, provavelmente por possuírem acesso a esses serviços. O transporte coletivo, como terceiro desses fatores, é

ofertado somente para famílias que possuem filhos na escola, sendo que os demais não possuem acesso a esse benefício, como pode ser analisado na Tabela 11.

Tabela 11 - Infraestrutura das famílias da Vila Rural

Infraestrutura da vila rural	Sim	Não
Coleta do lixo	42	0
Assistência de saúde	20	22
Água e energia elétrica	19	23
Transporte coletivo	17	25
Escola	17	25
Fossas apresentam problemas	9	33
Prestação atrasada	4	38

Fonte: Dados desta pesquisa, 2016.

Quanto à satisfação dos moradores na Vila Rural, 40 responderam estarem satisfeitos com o Programa, pois todas as famílias concordam que possuem boa qualidade de vida (Tabela 12).

Tabela 12 - Satisfação dos moradores da Vila Rural

	Sim	Não
Satisfeitos com o Programa Vilas Rurais	40	2
Qualidade de vida	42	

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Nos últimos tempos, para manter os pequenos agricultores no campo, foram necessárias medidas de interação entre comunidade para o trabalho, sendo que os agricultores que dirigem o processo produtivo trabalham com a diversificação e utilizam o complemento para renda com o trabalho assalariado.

O resultado encontrado está em conformidade com Guanziroli (2001), que relata sobre as maiores demandas das populações rurais, que incluem energia elétrica, água encanada, estradas, médico (saúde) e segurança.

Somente após investigar acerca do que é produzido no meio rural e de como se processam os produtos é que se percebe a demanda por assistência técnica rural e a ausência desse serviço. Tal demanda reflete a busca por qualidade de vida centrada no atendimento de necessidades básicas.

Ribeiro e Silva (2015), em seu estudo sobre política pública no campo, afirmam que os beneficiários do Programa Vilas Rurais acabam, em sua maioria, tornando-se

trabalhadores pluriativos, trabalhando no campo e também na zona urbana, assim como trabalham para outros produtores. Os autores explicam que essa pluriatividade fragiliza a identidade social, podendo impactar ou não em fatores que atuam no fortalecimento da produção rural. Então, quando ocorre esse fortalecimento, os autores apontam o Estado como sendo o principal responsável pelo incentivo à produção, através de políticas públicas e de fornecimento de subsídios de insumos e de créditos financeiros, e também atuando no suprimento de necessidades básicas que ele aponta sendo saúde, educação, lazer e cultura.

Ainda dentro deste contexto, Reis (1997) ressalta que um dos objetivos do Programa é a garantia de alimentação de qualidade, obtida através da própria produção, melhoria na saúde e acesso a cursos semiprofissionalizantes de transformação de produtos “in natura” em semi-industrializados, objetivando, além de sua produção, também a comercialização, gerando renda alternativa aos moradores da vila rural.

A vila rural em estudo contém, em sua estrutura, uma cozinha (Figura 13) que, além de ter sido construída pelos moradores, é utilizada por eles eventualmente em confraternizações e raramente em cursos.

Figura 13 - Infraestrutura: cozinha comunitária e espaço para reuniões.



Fonte: O Autor, 2016.

A cozinha é uma oportunidade de aprendizado e também de renda, através de cursos para serem ministrados no local e também como sendo o local para a transformação de produtos para a sua posterior comercialização. O que fica implícito é a oportunidade que os moradores possuem através dessa instalação, porém que não é aproveitada como poderia para beneficiá-los.

A transformação de produtos rurais é considerada uma atividade potencial para as mulheres rurais, que, além de envolver os membros da família, há também o aumento da renda familiar, que é gerado pela participação da mulher (KINZO, 1996).

Wright e Annes (2014), em estudos relacionados à presença da mulher no meio rural, afirmam que as mulheres, ao saírem do âmbito doméstico da casa e atuarem em atividades relacionadas a trabalho no entorno de sua residência, isso pode ser visto como uma possibilidade de empoderamento delas.

Arelada a essas possibilidades, a busca por independência e reconhecimento da mulher também está presente no meio rural, e uma maneira de alcançar a independência é fornecer suporte à mulher para desenvolver atividades lucrativas, sendo essa uma opção promissora. A cozinha presente na vila rural em estudo é uma oportunidade para as mulheres beneficiárias do Programa de produzir, gerar renda, buscar sua independência, colocar-se como participante dentro do orçamento da família, tornando-se mais seguras e confiantes.

Percebe-se, diante deste estudo, que a sobrevivência na pequena propriedade rural ou Vila Rural envolve o trabalho com a sucessão familiar, o que tem se tornado um problema no campo, sendo poucas as iniciativas voltadas para a fixação do agricultor e também do jovem no meio rural.

O desenvolvimento mais sustentável requer instrumentos que contribuam para a soberania alimentar do país. Diante disso, nota-se com este estudo que políticas e estratégias que estimulem a produção sustentável, bem como a distribuição e o consumo de alimentos, favorecem a adoção de práticas e o entendimento da sustentabilidade pela população, respeitando as múltiplas características culturais, econômicas e sociais.

As preocupações com as políticas públicas voltadas aos aspectos sociais têm seu enfoque científico no estudo dos componentes que mais contribuíram para a rápida divulgação da agroecologia em pequenas propriedades rurais.

O desenvolvimento de práticas voltadas para o novo modo de produtividade passa por experiências, incluindo pontos positivos e negativos no que se refere ao abastecimento de alimentos para a sociedade. Nessa linha de pensamento, países em desenvolvimento como o Brasil possuem o desafio da produção de alimentos com a adoção de métodos agroecológicos, inseridos na economia globalizada e flexível, o que implica o planejamento de políticas públicas diferenciadas, tais como: agricultura familiar e segurança alimentar.

5 CONCLUSÃO

As famílias que se instalaram nas vilas rurais no Paraná, além de possuírem pouca escolaridade e oportunidade para o estudo, como ficou comprovado por este estudo e outros similares aqui arrolados, não recebem acompanhamento técnico ou agrônômico das instituições públicas.

Entende-se, no entanto, que esse acompanhamento especializado pelas instituições públicas é um dos pilares para o crescimento e a permanência dessas pessoas no campo, para realizar sua produção. Se esse acompanhamento está ausente, então vai faltar uma instância competente para orientar e assessorar para os moradores dessas vilas fazerem parte de cooperativas que elevem a sua renda mensal, pois o problema reside na falta de conhecimento e de possibilidades de integração com grupos que possam comercializar seus produtos de forma correta.

A realidade da Vila Rural São Camilo está distante dos objetivos preconizados pelo Programa das Vilas Rurais promovido no Paraná. Os moradores não possuem condições suficientes de produzir para autoconsumir e complementar a renda de maneira significativa. Falta incentivo e falta assistência técnica por parte do governo, principalmente para uma produção sustentável.

Diante dos resultados obtidos, nota-se que há potencial para o Programa Vilas Rurais, mas que este não é implementado e mantido segundo seus objetivos por parte do governo, essa ausência impactando negativamente nas condições de vida dos moradores.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA DE PESQUISA EM AGRICULTURA FAMILIAR DA EMBRAPA**, 1., 1995, Petrolina. **Anais...** Petrolina, PE: EMBRAPA-CPATSA/CIRAD; Prefeitura Municipal de Petrolina, 1997. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/de-volta-para-o-futuro-mudancas-recentes-na-agricultura-familiar/>> Acesso em fev. 2016.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec: 1992. 275 p. (Estudos Rurais, 12).
- ABRAMOVAY, R. **Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Brasília: Nead; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba, RS: Agropecuária, 2002. 592 p.
- ALVES, J. E. D. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008. 13 p. Disponível em: <http://www.braudel.org.br/pesquisas/pdf/transicao_demografica.pdf> Acesso em: ago. 2016.
- ANDRADE, Á. A. V.; VENTURA, G. C. Vilas rurais: o processo de (re)territorialização dos trabalhadores rurais paranaenses, uma análise do município de Terra Boa/PR. In: **ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA E ENSINO, 2.; SEMANA DE GEOGRAFIA, 20., 2011**, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, out. 2011. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_exatas/22-VENTURA_ANDRADE.pdf> Acesso em: out. 2016.
- ASARI, A. Y.; MUNIZ, H. M. C.; ROSA, M. D. Programa Vilas Rurais: política pública de fixação dos trabalhadores no campo? **Geografia**, Londrina, v. 11, n. 1, p.105-121, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/7646>> Acesso em: set. 2016.
- AYRES, R. U. Sustainability economics: where do we stand? **Ecological Economics**, v. 67, n. 2, p. 281-310, 2008. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800907006088>> Acesso em: set. 2016.
- BANA, L. **Vilas rurais no processo de transformação do espaço rural no município de Paranavaí**. 2001. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2001. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/01/01_luzia.pdf Acesso em: ago. 2016.
- BARONI, M. Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 14-24, jun. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v32n2/a03v32n2.pdf> Acesso em: out. 2016.

BASALDI, O. V. Condicionantes da renda das pessoas ocupadas na agricultura paulista em 1981 e 1990. **Informações Econômicas**, v. 26, n. 8, p. 41-47, 1996. Disponível em: < <http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/ie/1996/tec4-0896.pdf>> Acesso em: out. 2016.

BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World Development**, v. 27, n. 12, p. 2021-2044, 1999. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X99001047>> Acesso em: out. 2016.

BRANCO, S. M. **O meio ambiente em debate**. 26. ed. São Paulo: Moderna., 2002 (Coleção Polêmica).

BRANDALISE, T.; NAZZARI, R. K. **Políticas de sustentabilidade, de responsabilidade social, corporativas das questões ecológicas**. Cascavel, PR: EdUNIOESTE, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.326. de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jul. 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Instrução Normativa nº007, de 17 de maio de 1999**. Brasília, 1999. 12 p. Disponível em: < http://ibd.com.br/Media/arquivo_digital/c40fe6c4-51f3-414a-9936-49ea814fd64c.pdf> Acesso em: out. 2016.

BURGOS, P. Tecnologia, a pílula que salva. **Superinteressante**, São Paulo, p. 48-56, dez. 2007. Disponível em: < <http://super.abril.com.br/historia/tecnologia-a-pilula-que-salva/>> Acesso em: ago. 2016.

GRAZIANO DA SILVA, J. DEL GROSSI, M. E. O Novo Rural Brasileiro. Iapar. Disponível em: www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf. Acesso em: ago. 2016.

CAVALCANTI, A. S. Vilas rurais do Paraná: forma de assentamento em busca de um teto e de uma propriedade. **Akrópolis**, Umuarama, v. 9, n. 4, out./dez. 2001. Disponível em: < <http://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/1841>> Acesso em: set. 2016.

CERVI, E. Vilas rurais não obtêm auto-suficiência. **Folha de Londrina**, Londrina, p. 15-16, 2001. Caderno Reportagem. Disponível em: <http://www.folhadelondrina.com.br/reportagem/vilas-rurais-nao-obtem-auto-suficiencia-322392.html>. Acesso em: ago. 2016

CHAYANOV, A. **La organización de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Editorial Nueva Visión, 2000.

DA PONTE, K. F. **Programa Vila Rural**: uma alternativa no assentamento da população de origem rural. O caso da Vila Rural Taquara do Reino de Ibioporã-PR. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia) - Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2002.

DA PONTE, K. F. Reflexões sobre o programa Vila Rural a partir de algumas ideias propostas por Ignácio Rangel. **GEOGRAFIA (Londrina)**, v. 11, n. 2, p. 208-218, 2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6725>> Acesso em: out. 2016.

DAROLT, M.R. Agricultura Orgânica: inventando o futuro. Londrina: IAPAR, 2002. 250 p.

DORES, J. L. P.; ASARI, A. Y. A atuação governamental e o processo de migração interna: o caso da Vila Rural da Paz – Rolândia PR. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 2, p. 195-210, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/8577>> Acesso em: out. 2016.

DOVERS, S. R.; HANDMER, J. W. Uncertainty, sustainability and change. **Global Environmental Change**, v. 2, n. 4, p. 262-276, 1992. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0959378092900448>> Acesso em: out. 2016.

DUTRA, E. M. **Transformações no campo e deslocamentos populacionais**. O caso da Vila Rural Nova Ucrânia. Apucarana. Pr. Londrina, UEL, 1999. (Monografia de Bacharelado em Geografia)

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 2006, 179 p.

ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, v. 36, n. 2, p. 90-100, 1994. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com.ez78.periodicos.capes.gov.br/doi/pdf/10.2307/411657>> Acesso em: out. 2016.

ESSER, J. V.; WADI, Y.M.; STADUTO, J.A.R.; SOUZA, M.de. AS VILAS RURAIS NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos trabalhadores rurais volantes. Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD, n. 110, p. 91–112, 2006. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/124>> Acesso em: ago. 2016.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. p. 115-116.

GALLOPIN, G. C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A system approach. **Environmental Modelling & Assessment**, v. 1, p. 101-117, 1996. Disponível em: <<https://link-springer-com.ez78.periodicos.capes.gov.br/article/10.1007/BF01874899>> Acesso em: ago. 2016.

GARCIA, M. A. C. da. Agricultura orgânica: uma agricultura sustentável. **Jornal da Unicamp**, Campinas, ano 15, n. 162, maio 2001. Disponível em: < http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/maio2001/unihoje_ju162pag01.html > Acesso em: fev. 2016.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território de Alto Uruguai-RS**. 2004. 287f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5583> > Acesso em: ago. 2016.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. In: _____. **O novo rural brasileiro**. Campinas, SP: Unicamp, 2006. p. 129-140.

GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do programa de aquisição de alimentos (PAA). In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/105.pdf>>. Acesso em: jul. 2016.

GUADAGNIN, J. L. O crédito rural do Pronaf e a transição agroecológica: a visão governamental. **Agriculturas**, v. 7, n. 2, jul. 2010. Disponível em: < http://www.emater.tcche.br/site/arquivos_pdf/teses/Artigo_%20JL%20Guadagnin.pdf > Acesso em: jul. 2016.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

GUIMARÃES, H. **Mercado de trabalho, escolaridade e renda no Brasil: 1988 a 1996**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1996. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/educacao_foco/mercado%20de%20trabalho.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (Coord.). **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/997/99717904009.pdf> > Acesso em: jan. 2016.

HOFFMANN, U. **Assuring food security in developing countries under the challenges of climate change**: key trade and development issues of a profound transformation of agriculture. Feb. 2011. 43 p. (UNCTAD Discussion Papers, n. 201). Disponível em: < http://unctad.org/en/Docs/osgdp20111_en.pdf > Acesso em: jan. 2016.

HOLLING, C. S. (Ed.) **Adaptive environmental assessment and management**. Chichester: John Wiley & Sons Ltd., 1978.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Caderno da Agricultura Familiar**. 775 p. 2006. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso: jan. 2017.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 – População Paraná**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_parana.pdf>. Acesso em: fev. 2017.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**: Brasil 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 352p. (Estudos e Pesquisas. Informação Geográfica, 10). Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf>> Acesso em: jan. 2016.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Avaliação da atividade Vilas Rurais**: síntese estadual e macrorregional. Projeto Paraná 12 Meses. Curitiba, 2000. Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/vilas_rurais_avaliacao_sintese.pdf> Acesso em: jan. 2016.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Desenvolvimento local e estratégias familiares em vilas rurais selecionadas**: resultados da pesquisa de campo: relatório final. Curitiba, 2005. 157 p. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/vilas_rurais_desenv_local_est_familiares_relatorio_final.pdf> Acesso em: jan. 2016.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Avaliação institucional do Projeto Paraná 12 Meses**. Curitiba, 2006. 159 p. Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/pr_12_meses_aval_institucional_internet.pdf> Acesso em: jan. 2016.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS. 2008.

KINZO, M. D. **As mulheres produtoras de alimentos em Brasil**: diagnóstico e políticas. San José: Instituto Intramericano de Cooperação para a Agricultura, 1996.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas, SP: Unicamp, 1993.

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000. 1393 p.

MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (Orgs.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília, DF: CNPq; Paralelo 15, 2002. p. 301-328.

MANIGLIA, E. **O trabalho rural sob a ótica do direito agrário: uma opção ao desemprego no Brasil**. 2000. 238 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2000. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/101462>>. Acesso em: jan. 2017.

MARQUES, L. M.; VERDE, V. V. Avaliação de impacto socioeconômico das atividades comunidades rurais pobres e vilas rurais do componente desenvolvimento da área social do Projeto Paraná 12 Meses. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.112, p. 187-193, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/52>> Acesso em: jun. 2016.

MARTINE, G.. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. IPEA, vol.1. n.3, p.3-44, junho de 1990.

MENDES, E. P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais em Catalão**. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/05/05_ESTEVANE_DE_PAULA_PONTES_MENDEZ.pdf> Acesso em: out. 2016.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

NAVES, L. M. S.; MENDES, E. P. P.; LEMES, K. C. Produtores familiares e suas representações territoriais: as comunidades rurais no município de Catalão (GO). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009, p. 1-23. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Naves_LMS.pdf> Acesso em: out. 2016.

NOGUEIRA, A. C. L.; SCHMUKLER, A. **Os pequenos produtores rurais e a sustentabilidade**, 2011. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=52315>>. Acesso em: maio 2016.

ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1988. 434 p.

OECD. Organization for Economic Cooperation and Development. **Core set of indicators for environmental performance reviews; a synthesis report by the group on the State of the environment**. Paris, 1993. Disponível em: <<http://enrin.grida.no/htmls/armenia/soe2000/eng/oecdind.pdf>> Acesso em: jan. 2016.

OLIVEIRA, C. C. **Vila Rural João Inocente: a volta ao campo?** 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia) - Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1999.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>> Acesso em: jan. 2016.

PARANÁ. **Projeto Paraná 12 Meses**: manual operativo. Curitiba, 1996.

PARANÁ. **Vilas Rurais**. 2002. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/vilasrurais>>. Acesso em: fev. 2016.

PRONK, J.; UL HAQ, M. **Sustainable development**: from concept to action. The Hague Report. New York: United Nations Development Programme, 1992.

REIS, I. O. **20 experiências de gestão pública e cidadania**: Projeto Vilas Rurais. Curitiba, 1997.

REIS, I. O. Projeto Vilas Rurais. 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. In: FUJIWARA, L. M.; ALESSIO, N. L. N.; FARAH, M. F. S. (Orgs.). **Programa Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo: FGV, 1998.

RIBEIRO, H. G. P.; SILVA, E. C. Política pública no campo: uma análise do Subprograma Vila Rural do estado do Paraná. In: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 24., 2015, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2015. p. 315. Disponível em: <<http://www.eaic.uem.br/eaic2015/portal/index.php?op=trabalhos&pagina=151>>. Acesso em: dez. 2016.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel. 1993. 103 p.

SANTOS, M. J. dos. Rumo a um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 2009, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2009. 10 p. CD Rom.

SCHUTTER, O. Conselho de Direitos Humanos. Sessão -16, Ponto 3 da ordem do dia Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, direitos políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento. Relatório do Relator Especial sobre o direito à Alimentação. **A/HRC/16/49**. Nações Unidas. Assembleia Geral. Distr. General. 20 dez. 2010.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, G. Geração do futuro. Plantio direto. **Revista Globo Rural**, n. 183, 1999. Disponível em: <http://globorural.com/barra.asp?d=/edic/183/rep_plantiodireto.htm>. Acesso em: out. 2016.

SILVA, J. M.; MENDES, E. P. P. Agricultura familiar e cultura: identidades e territorialidades. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2010. p. 1-8. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=1364> Acesso em: out. 2016.

SIMONI, J. C. **O processo de construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica (PNAPO): diálogos e disputas no caminho da transição.** Lima, Peru: Reencontro de Saberes Territoriais Latino-Americanos, 2013. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/18.pdf>> Acesso em: ago. 2016.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. O conceito de rural. In: GIARRACA, N. (Comp.). **¿Una nueva ruralidad in America Latina?** Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001. p. 67-79. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929125458/giarraca.pdf>> Acesso em: out. 2016.

SOUZA, S. F.; OLIVEIRA, E. C. Projeto governamental paranaense “Vilas Rurais”: uma análise comparativa da real atividade desenvolvida nas vilas rurais Esperança e Nova Vida. In: CICLO DE ESTUDOS EM ADMINISTRAÇÃO, 9.; CICLO DE ESTUDOS TECNOLÓGICOS, 7., 2014, Jandaia do Sul. **Anais Cead & Ciestec.** Jandaia do Sul, 2014. Disponível em: <<http://revista.fafijan.br/index.php/ACC/article/view/40/34>>. Acesso em: fev. 2017.

STADUTO, J. A. R.; ROCHA JR, W. F.; BITENCOURT, M. B. Contratos no mercado de trabalho agrícola: o caso das cooperativas de trabalhadores rurais. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 42, n. 4, p. 637-661, dez. 2004. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032004000400006>

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas MS, v. 2, n. 2, 2005. Disponível em: <www.seer.ufms.br/ojs/index.php/RevAGB/article/download/1339/854> Acesso em: jan. 2017.

UNEP - Programa do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP). A comida ambiental. **Crise: o papel do meio ambiente na prevenção de futuras crises alimentares**, 2009, p. 27.

VAN BELLEN, H. M. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1-14, mar. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512004000100002> Acesso em: ago. 2016.

VICENTE, M. C. M. Trabalho volante: a evolução de uma categoria. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 31-51, fev. 1999. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/1999/tec2-0299.pdf>> Acesso em: out. 2016.

WCED. **Our common future.** Oxford: Oxford University Press, 1987.

WEID, J. M. von der. Agricultura familiar: sustentando o insustentável? **Agriculturas**, v. 7, n. 2, p. 4-7, jul. 2010. Disponível em: <http://aspta.org.br/revista/v7-n2->

financiamento-da-transicao-agroecologica/agricultura-familiar-sustentando-o-insustentavel/. Acesso em: Fev. 2016.

WEID, J. M. von der. **Financiamento da transição agroecológica**. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, jul. 2007. (Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia).

WILLIAM, R C. **Global warming and agriculture**: impact estimates by country. Washington D.C.: Centro para Desenvolvimento Global; Peterson Institute for International Economics, 2007. p. 96. Disponível em: <http://gull.georgetown.edu/record=b1274977>. Acesso em: fev. 2016.

WRIGHT, W.; ANNES, A. Farm women and agritourism: representing a new rurality. **Sociologia Ruralis**, v. 54, n. 4, p. 477-499, 2014. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/soru.12051/abstract> Acesso em: fev. 2017.